



**RANKING MUNDIAL DA
LIBERDADE DE IMPRENSA
2020**

PRESS KIT

SUMÁRIO

- 3** CONFERÊNCIA DE IMPRENSA (VIRTUAL)
- 4** O MAPA MUNDIAL DA LIBERDADE DE IMPRENSA
- 5** ANÁLISE GERAL
- 11** ANÁLISES REGIONAIS
 - 11** 1/ÁFRICA
 - 14** 2/ NORTE DA ÁFRICA
 - 15** 3/ AMÉRICA LATINA
 - 17** 4/ ÁSIA PACÍFICO
 - 20** 5/ AMÉRICA DO NORTE
 - 23** 6/ EUROPA ORIENTAL E ÁSIA CENTRAL
 - 26** 7/ UNIÃO EUROPEIA E BALCÃS
 - 29** 8/ ORIENTE MÉDIO
- 31** RANKING MUNDIAL DA LIBERDADE DE IMPRENSA 2020

| CONFERÊNCIA DE IMPRENSA |



Lançamento do Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa 2020
RSF apresenta conferência virtual

JORNALISMO EM CRISE: A DÉCADA DECISIVA

Terça-feira, 21 de Abril
às 18H00 CEST (13h00 Hora de Brasília)

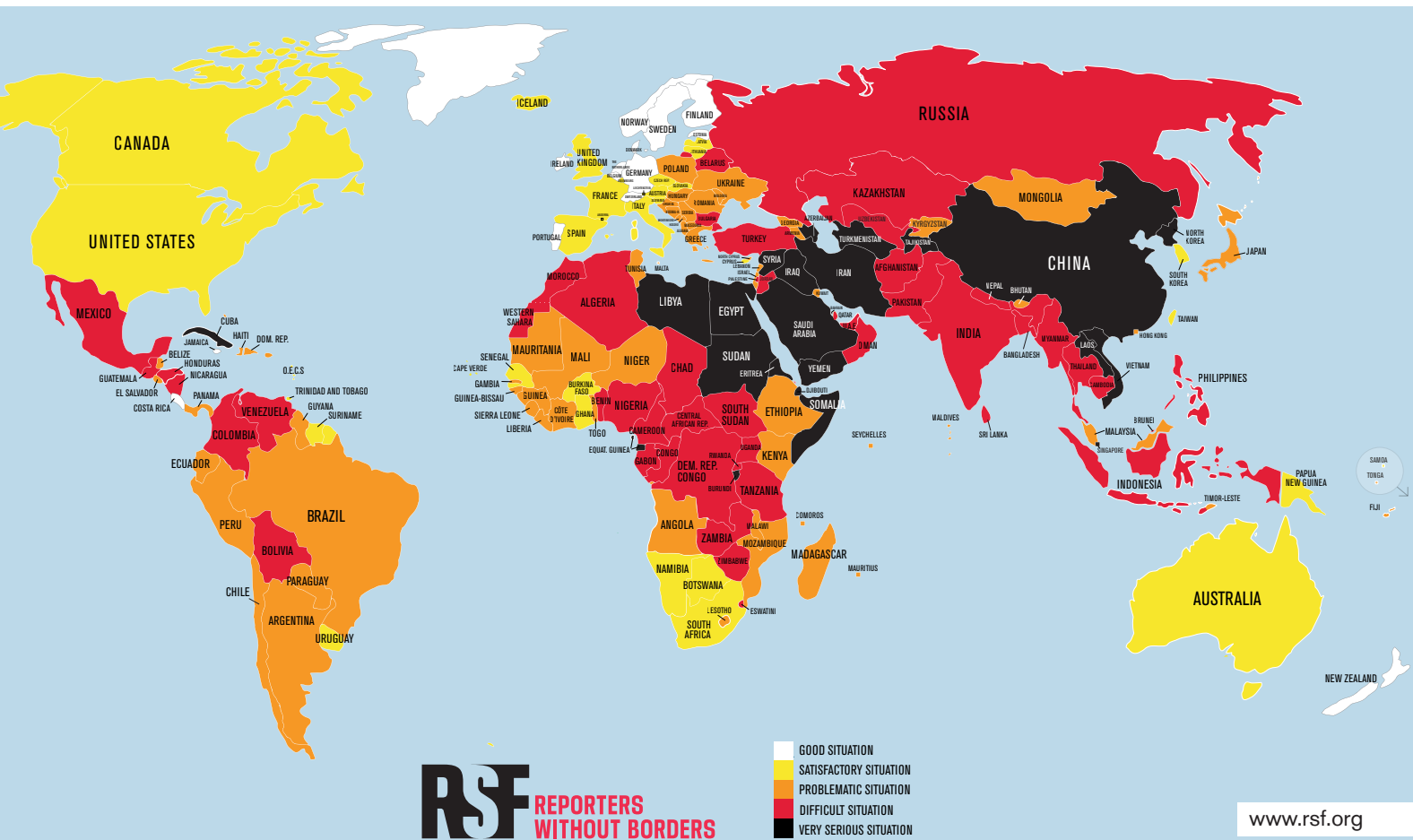
Incluindo os convidados:

- Maria Ressa (Moderadora), Jornalista e autora, co-fundadora da Rappler
- Edward Snowden, Whistleblower, Presidente da Freedom of the Press Foundation
- Joseph E. Stiglitz, Prêmio Nobel da Economia 2001
- Rana Ayyub, Journalist, Jornalista e colunista do Washington Post
- Christophe Deloire, Secretário geral da Repórteres sem Fronteiras

A Conferência será realizada apenas em inglês e não haverá tradução simultânea

O MAPA MUNDIAL DA LIBERDADE DE IMPRENSA

AS INFORMAÇÕES ABAIXO ESTÃO SOB EMBARGO ATÉ ÀS 6H (CEST) DO DIA 21 DE ABRIL DE 2020



FREEDOM OF THE PRESS WORLDWIDE 2019

I ANÁLISE GERAL I

RANKING MUNDIAL DA LIBERDADE DE IMPRENSA 2020: «ESTAMOS ENTRANDO NUMA DÉCADA DECISIVA PARA O JORNALISMO, E O CORONAVÍRUS É UM FATOR MULTIPLICADOR»

A edição 2020 do Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa, compilado pela Repórteres sem Fronteiras (RSF), demonstra que a próxima década será decisiva para o futuro do jornalismo. A pandemia de Covid-19 destaca e amplia as múltiplas crises que ameaçam o direito a informações livres, independentes, plurais e confiáveis.

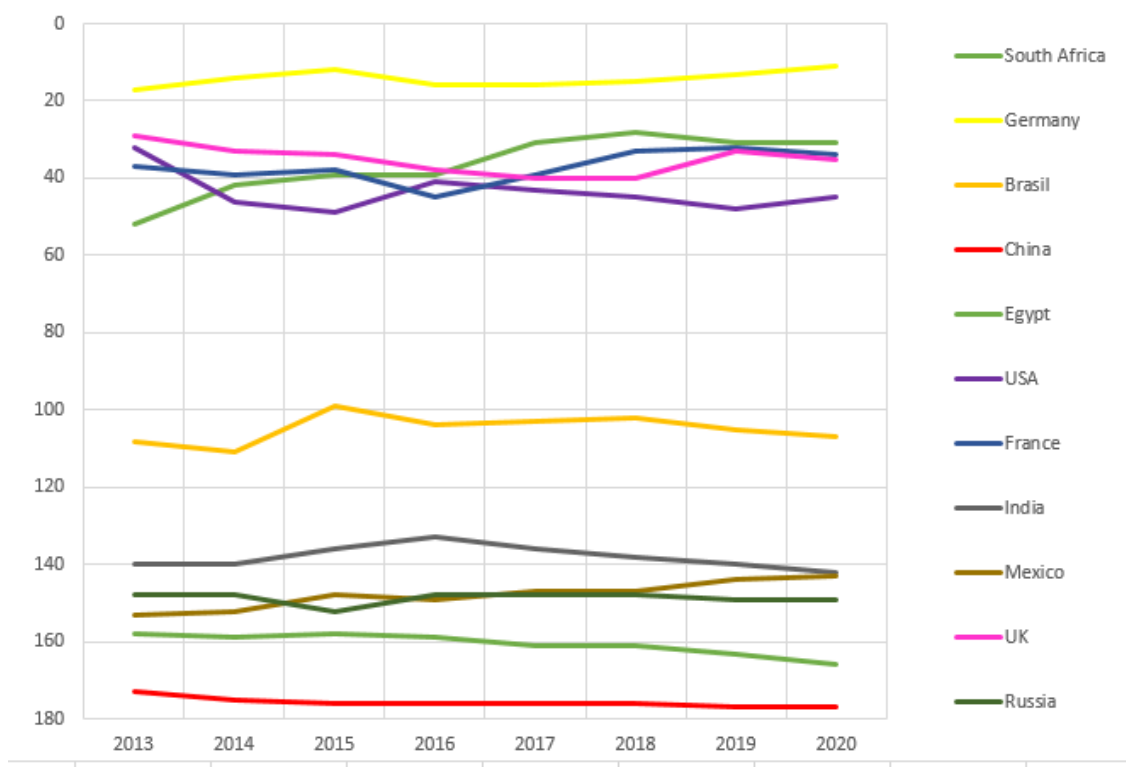
O Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa, que avalia anualmente as condições para o livre exercício do jornalismo em 180 países, mostra que os próximos dez anos se apresentam como “uma década decisiva” para a liberdade de imprensa, devido a crises que afetam o futuro do jornalismo: crise geopolítica (agressividade dos modelos autoritários), tecnológica (falta de garantias democráticas), democrática (polarização, políticas repressivas), de confiança (suspeita, e ódio direcionado aos meios de comunicação) e econômica (precarização do jornalismo de qualidade).

A estes cinco tipos de crise, cuja metodologia do Ranking permite avaliar os efeitos, se soma agora uma crise sanitária.

“Estamos entrando numa década decisiva para o jornalismo, ligada a crises concomitantes que afetam o futuro do jornalismo, declarou o secretário geral da RSF, Christophe Deloire. A epidemia de coronavírus explicita os fatores negativos para o direito a informações confiáveis, sendo ela própria um fator multiplicador. O que acontecerá com a liberdade, o pluralismo e a confiabilidade das informações até o ano 2030? A resposta a essa pergunta está sendo construída hoje.”

Existe uma correlação óbvia entre a repressão à liberdade de imprensa durante a epidemia de coronavírus e a posição dos países no Ranking Mundial. A China (177a) e o Irã (173a, 3), focos da epidemia, instauraram sistemas de censura massivos. No Iraque (162a, - 6), a agência de notícias Reuters teve sua licença suspensa por três meses, algumas horas após a publicação de uma notícia que questionava os números oficiais dos casos de coronavírus. Na Hungria (89a, - 2), o primeiro ministro Viktor Orbán aprovou uma lei chamada “coronavírus” que prevê penas de até cinco anos de prisão para quem disseminar informações falsas, um meio de coerção completamente desproporcional.

“A crise sanitária é uma oportunidade para governos autoritários implementarem a famosa ‘doutrina do choque’: tirar proveito da neutralização da vida política, do espanto do público e do enfraquecimento da mobilização para impor medidas impossíveis de adotar em tempos normais, denuncia Christophe Deloire. Para que essa década decisiva não seja desastrosa, as pessoas devem se mobilizar para que os jornalistas possam exercer sua função como agentes de confiança da sociedade, o que pressupõe a garantia dos meios para fazê-lo.”

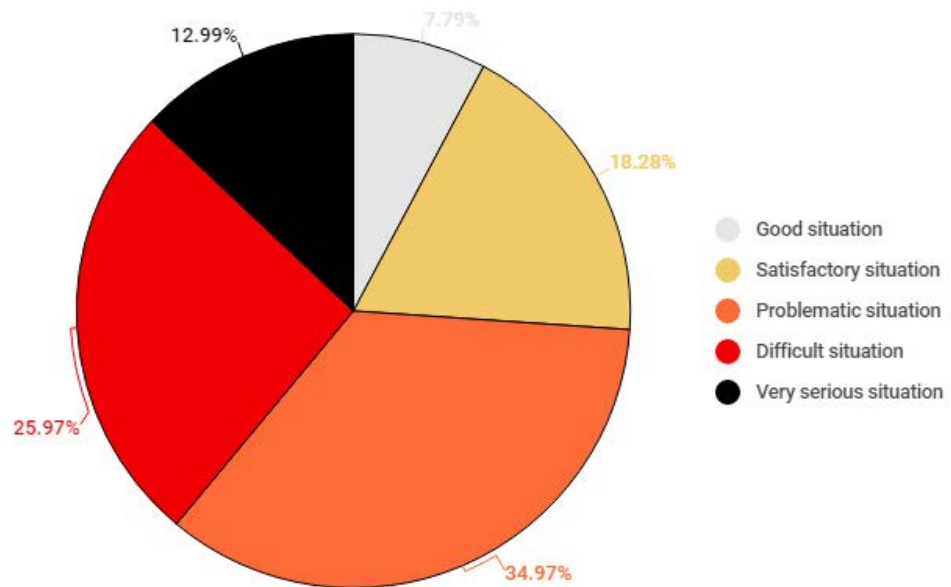


EVOLUÇÃO DE ALGUNS PAÍSES NO RANKING DESDE 2013

As grandes lições da edição 2020 do Ranking

Em 2020, a Noruega mantém seu primeiro lugar pelo quarto ano consecutivo, enquanto a Finlândia mantém sua segunda posição. A Dinamarca (3a, + 2) ocupa o terceiro lugar, em decorrência da queda da Suécia (4a, - 1) e dos Países Baixos (5a, - 1), marcado pelo aumento de casos de ataques a jornalistas nas redes. No outro extremo do Ranking, poucas mudanças. A Coreia do Norte (180a, - 1) assume o último lugar, antes ocupado pelo Turcomenistão, enquanto a Eritreia (178a) continua a ser o pior representante do continente africano.

A Malásia (101a) e as Maldivas (79a), após uma alternância política, apresentam as duas melhores progressões no Ranking 2020, subindo 22 e 19 posições, respectivamente. Os dois países são seguidos pelo Sudão (159a), que conquistou 16 posições desde a queda de Omar el-Béchir. Em oposição, o Haiti protagoniza uma queda de 21 posições, em larga medida associada à deterioração das condições de trabalho no país ao longo dos últimos dois anos de forte instabilidade política, situando-se agora na 83a colocação. Os outros dois recuos mais significativos estão na África: nas Comores (75a, - 19) e no Benim (113a, - 17), dois países onde os ataques à liberdade de imprensa estão aumentando.



INDICADORES GLOBAIS DA RSF

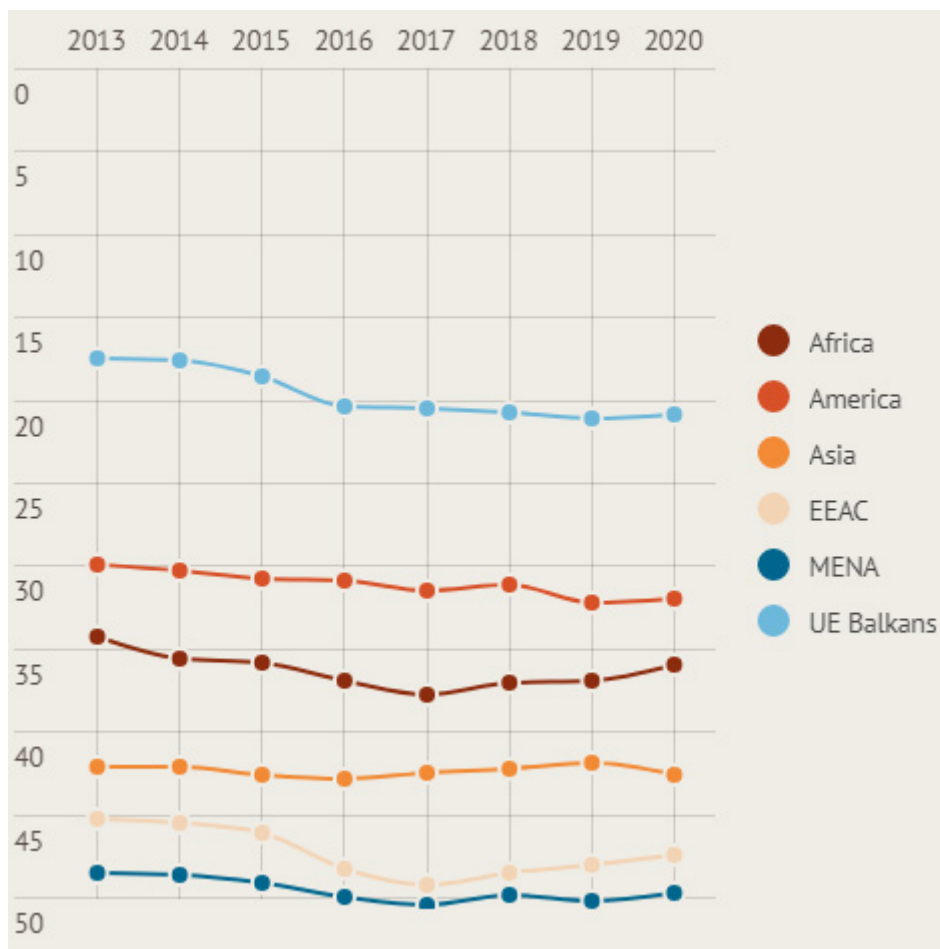
A ligeira melhora (-0,9%) do índice de referência global, que avalia a situação em escala planetária, ocorre num contexto de deterioração generalizada, já que o índice global está 12% mais baixo em comparação ao que era quando foi criado em 2013. Embora o percentual de países localizados no espectro superior do Ranking (boa situação da liberdade de imprensa) permaneça inalterado (8%), o dos países localizados no espectro inferior (situação crítica) aumenta 2 pontos, passando para 18%.

O Ranking região por região

A Europa continua sendo o continente que apresenta as condições mais favoráveis à liberdade de imprensa, apesar das políticas repressivas de certos países da União Europeia e dos Balcãs. O continente americano segue na segunda posição, ainda que os pesos pesados regionais, os Estados Unidos e o Brasil, tenham se tornado verdadeiros antimodelos. A África, que ocupa a terceira posição, registra quedas significativas, em especial devido ao aumento de detenções arbitrárias prolongadas e a intensificação dos ataques online.

Foi a região Ásia-Pacífico que registrou a pior deterioração em sua pontuação regional este ano (+1,7%). A Austrália (26a, -5), outrora um modelo regional, agora se caracteriza por suas ameaças contra o sigilo de fontes e o jornalismo investigativo. Dois países também contribuíram para diminuir a classificação geral da região: Cingapura (158a), que adotou uma lei orwelliana sobre a disseminação de informações falsas, perdeu 7 lugares e caiu no espectro inferior do Ranking; e Hong Kong (80a), que também perdeu 7 lugares devido ao tratamento dado a jornalistas durante as manifestações de 2019.

A Europa Oriental/Ásia Central se mantém no penúltimo, enquanto a região Oriente Médio e Norte da África segue sendo o lugar mais perigoso para os jornalistas exercerem sua profissão. A recente prisão do correspondente da RSF na Argélia (146a, -5) ilustra a que ponto autoridades de certos países se aproveitam do contexto da pandemia de Covid-19 para perseguir o jornalismo independente.



EVOLUÇÃO DOS INDICADORES REGIONAIS DESDE 2013

Crises que comprometem o futuro do jornalismo

Crise geopolítica

Uma das crises mais evidentes é a crise geopolítica alimentada por líderes e regimes ditatoriais, autoritários ou populistas, que estão se esforçando para cercear a informação e impor sua visão de mundo que não inclui o pluralismo e o jornalismo independente. Os regimes autoritários seguem ocupando as últimas posições no Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa. A China promove uma “nova ordem mundial da informação”, marcada por um modelo de hipercontrole da informação. A crise sanitária do coronavírus demonstra os efeitos negativos das práticas de censura adotadas pelo regime chinês para o mundo inteiro. Depois da China, a Arábia Saudita (170a, + 2) e o Egito (166a, - 3) são as maiores prisões do mundo para jornalistas. A Rússia (149a) emprega meios cada vez mais sofisticados para controlar as informações na internet, enquanto a Índia (142a, - 2) impôs à Caxemira o toque de recolher eletrônico mais longo da história. No Egito, a disseminação de “notícias falsas” justifica o bloqueio de páginas e sites, assim como a retirada de credenciais de imprensa.

Crise tecnológica

A ausência de regulamentações apropriadas à era da digitalização e globalização da comunicação criou um verdadeiro caos informacional. Propaganda política, publicidade, boatos e jornalismo estão em concorrência direta. Essa crescente confusão entre conteúdo comercial, político e editorial desequilibra as garantias democráticas de liberdade de opinião e expressão. Esse contexto favorece a adoção de leis perigosas que, sob o pretexto de limitar a difusão de notícias falsas, permitem uma maior repressão ao jornalismo independente e crítico. Como Cingapura, o Benin introduziu uma nova lei que deveria combater a desinformação e o crime cibernético, mas que pode ser usada para restringir abusivamente a liberdade de informação. A pandemia ampliou a disseminação de rumores e informações falsas tão rapidamente quanto o vírus. Exércitos de trolls estatais, na Rússia, na China, na Índia, nas Filipinas (136a, - 2) e no Vietnã (175a), usam a arma da desinformação nas redes sociais.

Crise democrática

A crise constatada nas duas últimas edições do Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa, gerada pela hostilidade e até pelo ódio contra jornalistas, só cresceu. Isso leva a atos de violência mais graves e mais frequentes e, como resultado, um nível de medo nunca antes visto em alguns países. Políticos de primeiro escalão e seus apoiadores continuam a encorajar abertamente o ódio contra jornalistas. Dois chefes de Estado eleitos democraticamente, Donald Trump nos Estados Unidos (45a, + 3) e Jair Bolsonaro no Brasil (107a, - 2), continuam desmoralizando a imprensa e encorajando o ódio aos jornalistas em seus respectivos países. O “gabinete do ódio” que cerca o presidente brasileiro publica ataques em larga escala a jornalistas que fazem revelações sobre políticas do governo. Desde o início da epidemia de coronavírus, Jair Bolsonaro redobrou seus ataques à imprensa, que ele considera responsável por uma “histeria” destinada a gerar pânico no país.

Crise de confiança

A desconfiança com relação aos meios de comunicação, suspeitos de disseminar informações contaminadas por dados não confiáveis, continua a se acentuar: 57% dos entrevistados na última pesquisa global do Edelman Trust Barometer, que examina o nível de confiança do público nas instituições, acreditam que seu veículo de comunicação de referência pode disseminar informações falsas. Enfraquecidos por essa crise de confiança, os jornalistas se tornam alvos privilegiados da raiva dos cidadãos durante grandes manifestações que se multiplicaram em todo o mundo, como no Iraque, no Líbano (102a, - 1), no Chile (51a, - 5), na Bolívia (114a, - 1), no Equador (98a, - 1), quando também não são vítimas de violência policial como na França (32a, 2). Outro fenômeno cada vez mais visível: na Espanha (29a), na Áustria (18a, - 2), na Itália (41a, + 2) e na Grécia (65a), grupos nacionalistas ou ativistas de extrema-direita atacam abertamente jornalistas, enquanto os talibãs no Afeganistão (122a, - 1), ou certos fundamentalistas budistas na Birmânia (139a, - 1), impõem violentamente sua visão de mundo aos meios de comunicação.

Crise econômica

Em muitos países, a transformação digital segue trazendo impactos profundos para o setor da mídia. A queda nas vendas, o colapso das receitas de publicidade e o aumento dos custos de fabricação e distribuição, relacionados principalmente ao aumento do preço das matérias-primas, levaram as redações a multiplicar os planos de demissão: a imprensa americana perdeu a metade de seus empregos nos últimos dez anos. Isso traz consequências sociais e impactos na liberdade editorial dos meios de comunicação dos diferentes continentes. Jornais cuja situação econômica está enfraquecida têm, naturalmente, menos capacidade de resistir à pressão.

A crise econômica também acentuou os fenômenos de concentração, e ainda mais os conflitos de interesse, que ameaçam o pluralismo e a independência dos jornalistas. A aquisição da Central European Media Enterprises (CME) pela maior fortuna da República Tcheca (40a) preocupa vários países do leste europeu onde a CME controla emissoras de televisão influentes. As consequências da concentração são sentidas na Argentina (64a, - 7) e no continente asiático: no Japão (66a, + 1), as redações continuam muito dependentes da administração dos “keiretsu”, grandes conglomerados que favorecem os interesses econômicos sobre a independência editorial. Em Taiwan (43a, - 1) ou em Tonga (50a, - 5), a lógica comercial à qual os órgãos de informação são forçados promove a polarização e a busca pelo sensacionalismo, o que contribui para desacreditar ainda mais os meios de comunicação e acentuar a crise da confiança do público.

A metodologia

Publicado anualmente desde 2002 por iniciativa da RSF, o Ranking Mundial de Liberdade de Imprensa permite determinar a situação relativa de 180 países em termos de condições para o livre exercício do jornalismo. A metodologia do Ranking baseia-se no desempenho em termos de pluralismo, independência da mídia, ambiente e autocensura, arcabouço jurídico, transparência e qualidade das infraestruturas de apoio à produção de informações.

Os índices globais e regionais são calculados a partir dos pontos obtidos pelos diferentes países e territórios. Por sua vez, esses pontos são estabelecidos a partir de um questionário enviado em vinte línguas a especialistas do mundo inteiro e submetido a uma análise qualitativa. Vale ressaltar que quanto mais elevado o índice, pior a situação. A crescente notoriedade do Ranking faz dele um instrumento essencial na luta em defesa da liberdade de imprensa.

ANÁLISES REGIONAIS

1 / ÁFRICA

RANKING RSF 2020: DIVERSIDADE DE AMEAÇAS AO FUTURO DO JORNALISMO AFRICANO

Em 2020, 21 de 48 países africanos ainda aparecem em vermelho ou preto no mapa do Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa compilado pela Repórteres sem Fronteiras (RSF). A situação daqueles que tentam produzir informações é difícil, até mesmo crítica. A próxima década será decisiva para o futuro do jornalismo no continente.

A liberdade de imprensa permanece muito frágil na África subsaariana. A queda de muitos ditadores e regimes autoritários nos últimos anos, como em Angola (106a, + 3), na Etiópia (99a, + 11), em Gâmbia (87a + 5), na República Democrática do Congo (150a, + 4), no Sudão (159a, + 16) ou no Zimbábue (126a + 1), ajudou a afrouxar um pouco o cerco ao redor dos jornalistas nesses países. No entanto, as mudanças profundas, únicas capazes de promover o desenvolvimento de um jornalismo de qualidade, livre e independente, ainda são raras demais. Pior, alguns países como a Tanzânia (124a, - 6) ou o Benin (113a, - 17) sofreram reveses muito significativos. Prisões e detenções arbitrárias de longo prazo estão em ascensão no continente, assim como ataques, especialmente online, e novas leis repressivas que, em nome do combate à desinformação ou aos crimes cibernéticos, podem ser usadas para restringir de maneira abusiva a liberdade de informação.

Descriminalizar o jornalismo e proteger aqueles que o praticam

A profissão continua a matar na África, em geral, na maior impunidade. Segundo a RSF, 102 jornalistas foram mortos ou assassinados no continente nos últimos dez anos, metade deles na Somália (163a+ 1). Esse país continua sendo o mais perigoso para os repórteres, apesar do progresso significativo em punir policiais e militares que cometem abusos contra profissionais da informação. Na RDC, um jornalista foi morto no leste do país no ano passado, e vários de seus colegas tiveram que fugir por medo de sofrer o mesmo destino. Além disso, os meios de comunicação que cobrem os esforços para responder à epidemia de Ebola tem sido sistematicamente atacados. Na África Ocidental, e especialmente em Gana (30a, 3), o inquérito sobre o assassinato do jornalista investigativo Ahmed Hussein-Suale em janeiro de 2019 não identificou os culpados. Na Nigéria (115 a, +5), os responsáveis pela morte de dois jornalistas, abatidos com um intervalo de seis meses em meio a protestos, ainda estão livres.

A segurança dos jornalistas continua sendo uma questão importante e necessariamente precisará dispor de um arcabouço jurídico mais protetor. Nesse âmbito, o fim das penas de privação de liberdade dos jornalistas por atos cometidos no exercício de suas funções continua sendo um objetivo longe de ser alcançado. Alguns, como o ex-diretor geral de radiodifusão pública dos Camarões (134a, - 3), Amadou Vamouké, são julgados em tribunais especiais sem direito a um processo justo. Esse jornalista está em prisão preventiva desde 2016.

Em 2019, a RSF contabilizou 171 prisões arbitrárias de jornalistas na África Subsaariana. Mais da metade dos países do continente utilizou esse recurso, às vezes até quando a lei local já havia estabelecido a descriminalização dos delitos de imprensa. Quando a revisão das leis repressivas é lenta, a adoção de novos textos genéricos em nome da luta contra a desinformação ou o discurso de ódio ocorre em toda parte. Esses textos nunca atingem os objetivos a que almejam, mas podem ser facilmente instrumentalizados para restringir abusivamente a liberdade de informação. As leis sobre a imprensa são ignoradas e os jornalistas são acusados alternadamente de serem terroristas, espões, fraudadores ou mesmo criminosos cibernéticos, com o único objetivo de serem silenciados.

No Benin, o jornalista investigativo Ignace Sossou foi assim condenado, com base em um código digital adotado recentemente, a uma pena de prisão de 18 meses em regime fechado por “assédio por meio de comunicações eletrônicas”. Ele havia publicado tweets repetindo, palavra por palavra, declarações de interesse público. Ele nunca deveria ter sido condenado por atos tão claramente caracterizados como jornalismo. No Chade (123a, - 1), as acusações contra o editor Martin Inoua Doulguet foram reclassificadas como assédio cibernético, enquanto, inicialmente, ele estava sendo processado por difamação. Já as acusações contra o jornalista investigativo tanzaniano Erick Kabendera foram alteradas três vezes com o único objetivo de mantê-lo preso. Ainda processado, mas agora livre, ele passou sete meses atrás das grades. Sua detenção arbitrária explica em parte a queda vertiginosa da Tanzânia (124a, - 6), que perdeu 57 posições no Ranking desde 2016. Nenhum país do mundo viu sua situação se deteriorar tão rapidamente nos últimos anos.

Censura, vigilância, ataques cibernéticos: enfrentando novas ameaças

Por outro lado, o Sudão (159a, + 16) registrou um forte crescimento desde a queda de Omar el-Béchir em abril de 2019. O nível de ataques diretos, prisões de jornalistas e censura de jornais diminuiu significativamente, mas a imprensa, especialmente online, ainda está sob vigilância. De acordo com informações da RSF, a Cyber Jihadists Unit, um rebento dos serviços de inteligência, ainda está ativa e continua, em particular, a rastrear a atividade de jornalistas.

Com suas comunicações cada vez mais vigiadas, censurados ou até mesmo atacados na internet, jornalistas e meios de comunicação africanos enfrentam um risco duplo: o de serem desacreditados como aconteceu em 2019 ao primeiro grupo de imprensa privada do Quênia (103a, - 3), renomeado como #NationMediaGarbage durante uma campanha liderada por trolls próximos ao governo; e o de se tornarem invisíveis por causa do caos informacional nas redes sociais, onde as informações confiáveis são frequentemente afogadas em uma massa de conteúdo que mistura propaganda política, teorias da conspiração e desinformação.

Entre essas novas ameaças, a censura cibernética continua ganhando terreno e agora é uma arma particularmente letal para o jornalismo na África. Metade dos países da África Subsaariana avaliados pelo RSF utilizam essa estratégia desde 2015, sendo dez somente no último ano. Entre eles, incluem-se a RDC, a Mauritânia (97a, - 3), o Malawi (69a, - 1), e ainda a Etiópia. O Chade bateu um triste recorde no continente, com um corte nas redes sociais do país por 470 dias consecutivos, que privou os jornalistas e os cidadãos de um meio de comunicação hoje fundamental.

Uma responsabilidade política histórica

Enquanto o ciberespaço da informação está em plena mutação, a mídia tradicional, 30 anos após a liberalização do setor, ainda tem dificuldade em superar ditames políticos e econômicos. Em quase todos os países africanos, os meios de comunicação estatais estão longe de ter completado sua transformação. Permanecem sob o controle do governo, contentando-se, geralmente, em transmitir a comunicação do governo sem refletir a diversidade de opiniões em sua sociedade. A proliferação de órgãos de imprensa dos quais um número crescente de países pode se orgulhar trata-se apenas de um pluralismo de fachada, já que a maioria destes meios permanece fortemente controlada direta ou indiretamente por círculos próximos ao governo, à oposição ou a certos interesses econômicos.

O advento de uma imprensa independente de qualidade não pode ser alcançado sem uma forte escolha política. O mesmo vale para o jornalismo investigativo, que progride, ainda que permaneça um sacerdócio para aqueles que se arriscam nele, inclusive nos países entre os mais bem classificados do continente, como a Namíbia (23a), o “o país africano mais bem colocado desta edição. As revelações sobre a alocação questionável de cotas de pesca levaram a um aumento de ataques verbais pelas mais altas autoridades políticas e à demissão de um jornalista da agência de notícias oficial.

No outro extremo do Ranking, a Eritreia (178a), principal prisão para jornalistas na África Subsaariana, com 11 profissionais da informação encarcerados dos quais nada se sabe há anos, e o Djibuti (176a, - 3) permanecem buracos negros de informação independente. A repressão a vozes dissidentes é tão forte em Ruanda (155a) que a autocensura é a regra no país. Tanzânia e Burundi (160a, - 1), onde quatro jornalistas foram condenados à prisão pelo simples fato de quererem cobrir um assunto que as autoridades desejavam abafar, estão deslizando perigosamente em direção ao campo de países onde informações críticas não têm mais lugar. Outros, como Benin, Moçambique (104a, - 1) e Comores (75a, - 19), onde os ataques à liberdade de imprensa se multiplicaram num contexto de eleições contestadas, adotaram recentemente uma atitude preocupante.

Em um momento de proliferação da desinformação, a próxima década será de escolhas históricas para o futuro do jornalismo na África. As sociedades para as quais a verdade factual e o debate aberto de ideias constituem valores fundamentais devem fornecer apoio forte e inequívoco aos jornalistas, assegurando-lhes um arcabouço jurídico protetor, apoio financeiro que não se baseie na proximidade política em um setor no qual a precariedade já torna seus atores muito vulneráveis a influências, e promovendo ofertas de treinamento, ainda muito raras, antes e durante as carreiras dos jornalistas.

RANKING RSF 2020: DETERIORAÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO DOS JORNALISTAS NO NORTE DA ÁFRICA

Ações judiciais intermináveis no Marrocos, interpelações sistemáticas e prisões provisórias prolongadas na Argélia, meios de comunicação líbios que se transformam em atores do conflito armado... Num ambiente de deterioração generalizada do ambiente em que operam jornalistas no Norte da África, a Tunísia continua sua transição democrática, apesar das reformas atrasadas no setor de mídia.

Com cinco posições a menos, a Argélia (146a) registrou a maior queda na região. Os jornalistas argelinos foram severamente desafiados desde o início do ano de 2019, durante o “Hirak”, marcado por grandes mobilizações de movimentos populares. As detenções e intimidações por parte dos serviços de segurança se multiplicaram e acentuaram ao longo dos meses de protesto. A paralisação das manifestações devido à epidemia de coronavírus não pôs fim à pressão sobre os jornalistas. Pelo contrário. O diretor do site de notícias Casbah Tribune, Khaled Drareni, também correspondente da TV5 Monde e da RSF na Argélia, foi preso no dia 29 de março de 2020, perto de Blida, uma região em princípio confinada por ter se tornado o epicentro da epidemia de coronavírus no país. Acusado de “incitação a aglomerações não armadas e atentado à unidade nacional”, ele pode pegar até dez anos de prisão. Outro caso emblemático de jornalistas punidos pela cobertura dos protestos do Hirak é o do correspondente do canal de TV libanês Al Mayadeen, Sofiane Merakchi, colaborador da France 24 e da RT. Primeiro jornalista a ir para a cadeia desde o início do movimento por “Introdução de equipamentos não licenciados e evasão aduaneira”, preso desde o final de setembro de 2019, foi condenado a oito meses de prisão em regime fechado.

O Marrocos (133a) subiu duas posições no Ranking 2020. Uma progressão que pode ser explicado em particular pela criação de um Conselho de Imprensa, mesmo que este ainda não tenha contribuído para criar um ambiente de trabalho favorável para o exercício do jornalismo. As pressões judiciais persistem. Além dos processos que se arrastam há anos contra vários membros da imprensa, novas ações foram movidas na justiça contra jornalistas e sentenças pesadas foram proferidas. O editorialista e redator-chefe do jornal de língua árabe Akhbar al-Yaoum, Taoufik Bouachrine, foi condenado a 15 anos de prisão e multa de 255 mil euros, embora tenha sempre negado as acusações contra ele e denuncie um “julgamento político”. Ainda que essa sentença seja desmesurada, o jornalista e defensor dos direitos humanos Omar Radi foi, por sua vez, condenado a 4 meses de prisão com sursis por um simples tweet denunciando uma decisão da justiça.

Jornalistas são recrutados à força em meio ao conflito armado na Líbia

A Líbia continua a despencar no Ranking, perdendo duas novas posições este ano (164a). Além da total impunidade para os predadores de liberdade de expressão por crimes cometidos contra jornalistas há nove anos, o conflito armado entre os dois regimes que compartilham o leste e o oeste do país instaurou um clima de violência e insegurança dramático para os comunicadores. Forçados à autocensura ou ao exílio desde o início das operações militares no país em 2014, os meios de comunicação e os jornalistas líbios agora são recrutados à força pelas facções beligerantes.

Nesse cenário regional bastante sombrio, a Tunísia, que mantém sua 72ª posição, é o país da região mais bem classificado no Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa da RSF. O Estado lançou as bases para a criação de um setor de mídia mais livre, independente e plural. No entanto, o novo arcabouço jurídico tem demorado a se materializar, e o clima de trabalho dos jornalistas e dos meios de comunicação se deteriorou significativamente desde a eleição do novo presidente no final de 2019.

3/ AMÉRICA LATINA

RANKING RSF 2020: UM HORIZONTE SOMBRIO PARA A LIBERDADE DE IMPRENSA NA AMÉRICA LATINA

O ambiente no qual os jornalistas da América Latina operam é cada vez mais complexo e hostil. Além da crescente pressão, violência e intimidação sofridas por muitos jornalistas que cobrem casos sensíveis, foram lançadas extensas campanhas para desacreditar a profissão na maioria dos países da região.

Com duas exceções notáveis - a Costa Rica, que conquista três lugares e ocupa agora a 7ª posição, e o Uruguai, que mantém sua 19ª posição -, esta edição de 2020 é marcada por uma deterioração geral da situação da liberdade de imprensa na América Latina. A repressão e a estigmatização da profissão, alimentadas pela desinformação e pelos ataques online, assumiram novas dimensões, principalmente em países que enfrentam grandes conflitos sociais.

A instabilidade política e social como vetor dos ataques à imprensa

Este é particularmente o caso no Haiti (83a) que, com 21 posições a menos, registrou a maior queda no Ranking em 2020. Por quase dois anos, protestos, muitas vezes violentos, se multiplicaram em todo o país contra o presidente Jovenel Moïse, enredado em casos de corrupção, e os jornalistas haitianos foram sistematicamente alvos de ataques durante as manifestações. O assassinato do jornalista Nehemiah Joseph em 2019 explicita o aumento da violência e a grande vulnerabilidade da profissão.

Em quase toda a região, a eclosão de conflitos sociais e o desafio de cobrir as manifestações colocam os jornalistas, como no Haiti, na linha de frente. Foi assim que, no Equador (98a, - 1), durante os protestos organizados por uma parte da população que se considerou traída pela guinada neoliberal do presidente Lenín Moreno, os ataques a jornalistas aumentaram, impondo maiores riscos à imprensa. O mesmo se verificou no Chile (51a), que perdeu cinco posições no Ranking - depois de perder oito no ano passado. A onda de protestos que sacudiu as estruturas do país foi o palco de dezenas de agressões e ataques contra jornalistas e meios de comunicação.

Inúmeras agressões e ataques a jornalistas também foram registrados na Bolívia (114a, 1) durante as manifestações que pontuaram a campanha eleitoral e a eleição presidencial de novembro de 2019, antes de causar a renúncia e o exílio forçado do ex-presidente Evo Morales e mergulhar o país em uma fase de incerteza e instabilidade. A Argentina (64a) perdeu sete posições no ranking de 2020, principalmente devido à violência policial e agressões a jornalistas durante manifestações nas principais cidades do país por ocasião da eleição que levou Alberto Fernández à presidência em dezembro de 2019.

Derivas autoritárias: a censura com muitas faces

No Brasil (107a, - 2), a chegada ao poder do presidente Jair Bolsonaro em janeiro de 2019 contribuiu amplamente para fazer o país cair pelo segundo ano consecutivo no Ranking da RSF. A queda está em larga medida associada à deterioração do ambiente em que operam os jornalistas, marcado por uma

hostilidade permanente que atravessa a relação do governo com a imprensa. O presidente Jair Bolsonaro insulta e ataca sistematicamente alguns dos jornalistas e meios de comunicação mais importantes do país, o que estimula aliados a fazerem o mesmo, alimentando um clima de ódio e desconfiança para com os diferentes atores da informação. Nesse contexto tenso, os jornalistas brasileiros, e sobretudo as mulheres, estão cada vez mais vulneráveis e são regularmente atacados por grupos promotores de ódio e por apoiadores do presidente, em particular nas redes sociais.

Na Venezuela (147a), que deve sua alta de uma posição apenas a um efeito mecânico do Ranking, a deriva autoritária do presidente Maduro continua e a repressão governamental contra a imprensa independente tornou-se cotidiana e multifacetada: prisões arbitrárias, violência pelas forças de segurança e pelos serviços de inteligência, privação de frequências de rádios e TVs excessivamente críticas, interrupções na Internet e bloqueios das redes sociais, expulsão de jornalistas estrangeiros, etc.

A imprensa independente da Nicarágua (117a, - 3) sofre o mesmo destino e sufoca diante da repressão feroz do presidente Daniel Ortega - reeleito em 2016 pelo terceiro mandato consecutivo -, de seu governo e de seus apoiadores. Em 2019, as detenções arbitrárias e o exílio de jornalistas continuaram e aumentaram. Diante da escassez de matérias-primas (papel, borracha) orquestrada pelas autoridades, os jornais impressos do país desapareceram quase todos.

Cuba (171a), perdendo duas posições, estagnou nas profundezas do Ranking e continua sendo o pior país da América Latina em termos de liberdade de imprensa. O regime cubano, agora personificado por Miguel Díaz-Canel, mantém um monopólio quase total da informação, e a imprensa privada permanece proibida pela Constituição. As detenções e prisões de jornalistas como forma de intimidação se intensificaram em 2019.

Problemas estruturais inextricáveis

Com pelo menos 10 jornalistas assassinados em 2019, o México (143a, + 1) continua sendo o país mais perigoso do continente, e o governo do presidente López Obrador demonstrou até o momento incapacidade de conter a espiral de violência e impunidade. Neste país, assim como em seus vizinhos da América Central, o conluio entre o crime organizado e as autoridades políticas e administrativas corruptas - sobretudo no nível local - persiste e transcende a variável política, ameaçando seriamente a segurança dos atores da informação. Na Guatemala (116a) e em Honduras (148a, - 2), em particular, os jornalistas da imprensa de oposição e da mídia comunitária que se atrevam a denunciar desvios de recursos públicos por políticos eleitos e autoridades são regularmente agredidos, ameaçados de morte, forçados ao exílio ou assassinados.

O mesmo desamparo se verifica na Colômbia (130a), que perde outra posição no Ranking. A intensificação das agressões, ameaças de morte e sequestros de jornalistas desde a posse do presidente Iván Duque, em agosto de 2018, voltou a ampliar os desertos de notícias no país e enfraqueceu um pouco mais a profissão.

Uma dupla pressão com o cyberbullying

Por fim, deve-se notar que na América Latina, assim como em outras partes do mundo, os ataques físicos à profissão costumam ser acompanhados de campanhas de assédio cibernético, ou cyberbullying, realizadas por exércitos de trolls e/ou apoiadores dos regimes autoritários. Esses métodos de censura online estão proliferando perigosamente e são particularmente violentos contra as mulheres jornalistas.

Diante desse panorama sombrio, fica claro que os desafios para a liberdade de imprensa progredir de forma durável e significativa na América Latina são inúmeros. Diante de um cenário de forte instabilidade política e frente a governos que agem de forma a enfraquecer as instituições democráticas, os jornalistas e meios de comunicação latino-americanos demonstram uma grande capacidade de se reinventar para encontrar soluções alternativas a todo tipo de pressão.

4/ ÁSIA PACÍFICO

RANKING RSF 2020: A REGIÃO ÁSIA-PACÍFICO, ENTRE HIPERCONTROLE DA INFORMAÇÃO E EXCESSOS NACIONAL-POPULISTAS

Embora ainda houvesse sérias esperanças de liberdade de imprensa na Ásia e na Oceania em 2010, a década passada foi marcada por um congelamento geral. Contra-modelos de práticas totalitárias, desenvolvimento de um populismo que propaga o ódio aos jornalistas, concentração da mídia ao extremo. Os desafios que aguardam esta região do mundo são bastante consideráveis.

Uma das lições do Ranking 2020 na Ásia e na Oceania é que a liberdade de imprensa está potencialmente em perigo, independentemente do país. Prova disso é a Austrália (26a), anteriormente citada como modelo regional, que perdeu cinco posições de uma só vez, devido sobretudo a uma dupla busca da polícia federal na casa de um jornalista e na sede da emissora pública. Esse precedente agora apresenta ameaças muito sérias contra o sigilo das fontes e o jornalismo investigativo. Além disso, o acontecimento foi uma oportunidade para os australianos perceberem que não têm absolutamente nenhuma garantia constitucional quanto à liberdade de informar e ser informado.

A tendência é ainda mais alarmante quando se considera que é na Ásia que encontramos os piores países do mundo no assunto: depois da aparente abertura do regime a jornalistas estrangeiros durante das cúpulas de junho de 2018 e fevereiro de 2019, que reuniram o presidente Trump e o “líder supremo” Kim Jong-un, a Coreia do Norte (180a, -1) caiu para a última posição no Ranking em 2020.

Na corrida pela repressão, a Coreia do Norte é sempre seguida de perto pela China (177a), que continua aperfeiçoando seu modelo de hipercontrole da informação e de repressão das vozes dissidentes, como evidenciado pela prisão, em fevereiro, de dois cidadãos chineses que decidiram cobrir a crise do coronavírus. Acima de tudo, a China é a maior prisão do mundo para os jornalistas, com quase uma centena deles, incluindo uma grande maioria de uigures, que definham atrás das grades.

Os contra-modelos, um desafio geopolítico

Se o Vietnã (175a) conquistou uma posição no Ranking 2020, é simplesmente porque a repressão foi tão forte em 2018 que o país se beneficia de um efeito mecânico este ano. O Laos, por sua vez, perde mais uma posição (172a), principalmente por causa da repressão do regime contra o surgimento de uma tímida blogosfera.

Outra novidade em 2020: esses quatro países, governados por partidos comunistas únicos, se reuniram na “zona negra” do Ranking da RSF com um quinto regime que passou no teste em termos de controle absoluto da informação: Cingapura. Com sua lei orwelliana para supostamente combater as “informações falsas”, a cidade-estado perdeu sete posições de uma só vez (158a)

O sultanato de Brunei (152a) também endureceu seu arsenal de controle da informação, incluindo em seu código penal a pena de morte por qualquer declaração ou texto considerado blasfemo em relação à religião muçulmana. Dois outros regimes na região conseguiram refinar ainda mais seu sistema de

repressão às vozes dissidentes: o Camboja do primeiro ministro Hun Sen (144a, - 1) e a Tailândia do general Prayut (140a, - 4). O Paquistão (145a), que subjogou quase toda a mídia tradicional, agora está aumentando o número de tentativas de silenciar as vozes críticas online. Como resultado, o país retrocedeu três posições. Da mesma forma, na tentativa de impor leis liberticidas, o Nepal perde seis posições (112a)

Intolerância política e religiosa

O desafio geopolítico representado por esses contra-modelos de liberdade de imprensa é acompanhado pela afirmação de um populismo nacionalista que não tolera o jornalismo crítico e o associa a um comportamento antigovernamental e, por extensão, antinacional. Esse fato coloca os repórteres que estão tentando fazer seu trabalho na linha de frente. Eles são alvo de violência policial, como foi constatado no Sri Lanka (127a, - 1) e durante os protestos pró-democracia em Hong Kong (80a) - o território semiautônomo perdeu sete posições, um dos maiores declínios na Ásia.

Os jornalistas também são atacados por ativistas políticos pró-governo, como foi o caso em Bangladesh (151a, - 1), nas Filipinas (136a, - 2) e na Índia (142a2). Ao cortar totalmente a comunicação com os oito milhões de habitantes do vale da Caxemira, Nova Déli também impôs o maior toque de recolher eletrônico da história.

O exemplo indiano também é característico de uma considerável intolerância dos círculos extremistas religiosos em relação a jornalistas que não seguem a linha oficial, como é o caso da direita nacionalista hindu, mas também dos talibãs no Afeganistão (122a, - 1) ou de certos fundamentalistas budistas na Birmânia (139a, - 1) - todos sempre prontos a impor sua visão de mundo aos meios de comunicação.

Exércitos de trolls

Esse ódio ideológico contra a própria ideia de uma imprensa independente encontra um ambiente propício na internet, um campo de batalha privilegiado da guerra da informação. Os ataques físicos contra repórteres geralmente são acompanhados, ou mesmo precedidos, de ameaças feitas online por exércitos de trolls e fazendas de cliques. Na Ásia, esses pequenos soldados digitais representam as pontas de lança desse populismo nacional desinibido, que é amplamente alimentado pela desinformação e apela ao ódio online.

Nesse contexto muito complicado, a imprensa desempenha um papel absolutamente decisivo no sucesso do exercício democrático. Este é o caso da Indonésia (119a, + 5), onde o Presidente Jokowi tem todas as cartas na mão para colocar a liberdade de imprensa no centro de seu segundo mandato.

O desempenho da Malásia (101a, + 22) e das Maldivas (79a, + 19) confirma o papel absolutamente decisivo de uma alternância política para permitir a melhoria do ambiente de trabalho dos jornalistas e combater o fenômeno da autocensura. A imprensa também consegue se estabelecer como um ator importante nas democracias emergentes, como o Butão (67a, + 13), o Timor Leste (78a, + 6) ou Samoa (21a+ 1). Em países onde o governo é menos tolerante com a mídia crítica, como em Fiji (52a) ou na Mongólia (73a, - 3), os jornalistas também conseguem resistir, sobretudo graças a garantias legais.

Concentração e polarização

Nas democracias estabelecidas, os governos usam de bom grado a segurança nacional como uma desculpa para questionar o livre exercício do jornalismo. Isso é visto regularmente na Coreia do Sul (42a,

- 1), onde a lei ameaça com punições extremamente severas a publicação de informações consideradas sensíveis, especialmente sobre a Coreia do Norte. Uma das principais ameaças à liberdade de imprensa nas democracias da Ásia e da Oceania continua sendo as consequências de uma concentração cada vez maior dos meios de comunicação. Esse é o caso no Japão (66a, + 1), onde as redações permanecem muito dependentes da administração dos “keiretsu”, imensos conglomerados que favorecem interesses econômicos.

Essas lógicas comerciais dificultam ainda mais a independência dos meios de comunicação, pois tendem a favorecer a polarização excessiva e a busca pelo sensacionalismo, como é o caso nas Ilhas Tonga (50a, - 5), em Papua Nova Guiné (46a, - 8) e em Taiwan (43a, - 1) Até mesmo o modelo regional, a Nova Zelândia (9a), perdeu duas posições em 2020 devido à persistência de um contexto midiático ultra concentrado. O que prova que, em qualquer lugar do mundo onde se queira exercer esse direito, a liberdade de imprensa continua sendo uma luta sem fim.

5/ AMÉRICA DO NORTE

RANKING RSF 2020: TENDÊNCIAS PREOCUPANTES PERSISTEM NA AMÉRICA DO NORTE, APESAR DAS MELHORAS

O Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa da Repórteres sem Fronteiras (RSF) de 2020 mostra que, apesar de uma ligeira melhora, persistem tendências preocupantes em toda a América do Norte. Às vésperas de uma nova década, os Estados Unidos precisam recuperar urgentemente seu status de excelência em liberdade de imprensa, tanto dentro de suas fronteiras quanto além, para se posicionar novamente como uma democracia de primeira linha.

Em toda a América do Norte, jornalistas e meios de comunicação enfrentam ameaças verbais e físicas, têm acesso negado a informações, enquanto se multiplicam as leis e processos que limitam seus direitos. A liberdade de imprensa nos Estados Unidos continua sofrendo com a presidência de Donald Trump, mas após três anos de declínio significativo no Ranking Mundial de Liberdade de Imprensa, o país recuperou sua 45ª posição (três a mais que no ano passado) e ingressou, por pouco, na zona de países onde a situação é considerada «satisfatória». A hostilidade em relação aos jornalistas e aos meios de comunicação aumentou e se intensificou, e os ataques mais virulentos foram os do próprio presidente - uma atitude agressiva que, em meio à pandemia de coronavírus em 2020, só piorou: os jornalistas que cobrem o tratamento da crise pelo governo Trump sofrem os ataques do presidente em suas coletivas de imprensa. Embora tenha subido para a 16ª posição no Ranking 2020, o Canadá (+ 2) apresenta um histórico misto, com recusas de acesso a informações e decisões judiciais que dificultaram, mas também às vezes defenderam, os direitos dos jornalistas.

Persistência de assédio e de ameaças

Difamação pública, ameaças e assédio de jornalistas continuam predominando nos Estados Unidos. Como nos anos anteriores, o presidente Trump atacou regularmente jornalistas e meios de comunicação ao longo de 2019, sobretudo por meio de ataques pessoais e acusações de «fake news». Essa expressão, popularizada pelo presidente Trump durante sua campanha eleitoral, agora é usada por líderes de todo o mundo para atacar os meios de comunicação.

O assédio de jornalistas pelas autoridades aduaneiras e de proteção de fronteiras dos Estados Unidos nos pontos de entrada no país tornou-se cada vez mais frequente nos últimos dois anos. Um jornalista declarou ter sido interrogado de maneira abusiva a respeito de seus artigos sobre o presidente Trump, outro foi acusado por um oficial de fronteira de ser um «mentiroso que atacava a democracia [americana]». Até mesmo na Jamaica (6ª, + 2), o país com a melhor classificação da América do Norte, o primeiro-ministro inspirou-se na estratégia do presidente Trump: tentou minar a confiança do público na imprensa, declarando a seus apoiadores que a imprensa nem sempre relatava os fatos e que era melhor consultar suas próprias páginas nas redes sociais para obter informações confiáveis.

Nos Estados Unidos, os governos locais, os líderes religiosos e o público americano também demonstraram hostilidade crescente à imprensa ao longo do ano passado. E isso, mesmo que o nível de violência tenha diminuído no geral em relação a 2018 - o ano em que um homem armado matou cinco funcionários do jornal Capital Gazette, em Maryland - e que o número oficial de agressões físicas tenha sido menor em 2019 do que nos dois anos anteriores, de acordo com o Observatório Americano da Liberdade

de Imprensa. Praticamente por toda parte, jornalistas continuam sendo agredidos, sobretudo durante manifestações, comícios pró-Trump e dentro dos edifícios legislativos estaduais e federais. Um soldado do exército americano e um tenente da Guarda Costeira foram presos quando preparavam, cada um do seu lado, violentos ataques contra jornalistas e importantes veículos de imprensa americanos.

Retaliação e direitos de acesso negados

Um número crescente de jornalistas foi impedido de cobrir certos temas polêmicos na América do Norte como um todo, tanto nos Estados Unidos quanto no Canadá. Em todo o território dos EUA, de Nova Jersey ao Kansas, as autoridades restringiram o acesso da imprensa a eventos ou manifestações de interesse público. Alguns, como os estados de Vermont ou Arkansas, tomaram a iniciativa de impor regulamentos susceptíveis de limitar a cobertura jornalística autorizada dentro de edifícios municipais. Infelizmente, o próprio governo Trump deu o exemplo. A coletiva de imprensa diária televisionada, com a presença do porta-voz, suprimida em março de 2019, foi substituída por «chopper talks», literalmente, «discursos de helicóptero», que ocorrem em frente ao avião Air Force One ou ao helicóptero Marine One, da presidência. Essas intervenções do tipo imprensa sensacionalista permitem ao presidente limitar e controlar o tempo que ele passa respondendo perguntas. O governo Trump também tentou revogar o credenciamento de imprensa de um correspondente da Casa Branca em agosto de 2019 e proibiu o acesso da equipe de imprensa a reuniões de alto nível.

Em março de 2019, quando a caravana de migrantes de Honduras chegou, relatórios também revelaram que o governo dos EUA mantinha um banco de dados secreto de jornalistas, ativistas e outras pessoas que acompanhavam a caravana, para que fossem submetidos a um controle de segurança e a interrogatórios adicionais nos pontos de fronteira entre os Estados Unidos e o México. Os jornalistas desta lista foram detidos, obrigados a mostrar aos funcionários da fronteira o conteúdo de seus equipamentos profissionais e a identificar indivíduos presentes na fronteira.

No Canadá, mulheres jornalistas indígenas foram fisicamente impedidas de entrevistar líderes tribais. Independentemente desse incidente, a polícia federal bloqueou o acesso da imprensa a uma manifestação a favor do meio ambiente em território indígena. Alguns meses depois, uma decisão histórica da justiça, tomada em março de 2019, determinou que os jornalistas têm o direito de cobrir tais protestos e destacou a importância da cobertura da mídia sobre questões indígenas.

Testar os limites da liberdade de imprensa

Em 2019, o governo Trump reiterou suas medidas repressivas contra denunciadores. Três funcionários do governo foram processados sob a Lei de Espionagem de 1917 por transmitir documentos confidenciais a jornalistas. Além disso, numa medida sem precedentes, o Departamento de Justiça dos EUA lançou 18 acusações contra o co-fundador do Wikileaks, Julian Assange, 17 das quais estão sob a Lei de Espionagem. É a primeira vez que uma pessoa é acusada de espionagem por publicar documentos classificados. Se Julian Assange for extraditado do Reino Unido e considerado culpado, isso poderá criar um precedente perigoso que permitiria processar jornalistas por fazerem seu trabalho, o que é, em princípio, protegido pela constituição.

A “lei de proteção” federal do Canadá em 2017 entrou em vigor pela primeira vez em setembro de 2019, reafirmando o direito dos jornalistas de não divulgarem a identidade de suas fontes. Infelizmente, a lei de proteção do sigilo das fontes não se aplica à proteção de material confidencial, como comunicações

- como evidenciado por uma sentença judicial de julho de 2019, que determinava que um jornalista da VICE Canada deveria divulgar à polícia federal suas comunicações confidenciais com uma fonte - uma decisão repleta de consequências para a independência jornalística. Por um lado, os jornalistas não devem desempenhar o papel de investigadores para a polícia, por outro, as relações de confiança que mantêm com suas fontes são essenciais para que possam realizar seu trabalho de maneira eficaz.

Embora os Estados Unidos não possuam uma lei federal de proteção do sigilo das fontes, a maioria dos estados possui estatutos próprios que garantem aos jornalistas o direito de não entregá-las. Em maio de 2019, a polícia de São Francisco violou a lei de proteção do sigilo das fontes da Califórnia, revistando a casa do jornalista freelancer Bryan Carmody e confiscando seu equipamento profissional para descobrir a identidade de sua fonte. Os juízes eventualmente anularam os mandados de busca, considerando-os ilegais sob esta lei.

O que o futuro reserva

Às vésperas de uma nova década, os países que compõem a região América do Norte deveriam favorecer políticas e práticas que promovam a liberdade de imprensa e a segurança dos jornalistas. Nos Estados Unidos, cabe aos novos responsáveis públicos promover medidas como a lei federal de proteção do sigilo das fontes e uma reforma da Lei de Espionagem, para proibir que jornalistas sejam processados e permitir a defesa de denunciadores no país, em nome do interesse público. Apesar das medidas tomadas contra a imprensa em território indígena, o Canadá, que fundou a Coalizão para a Liberdade dos Meios de Comunicação com o Reino Unido em julho de 2019, assume uma posição de liderança quanto a medidas gerais de proteção da imprensa.

Depois de adotar leis que podem prejudicar a proteção da imprensa, países do Caribe como Trindade e Tobago (26a, + 3) e Jamaica devem revisá-las e adotar uma nova legislação que garanta uma verdadeira liberdade de informação.

No ano passado, nos Estados Unidos, jornalistas e meios de comunicação se prepararam para alguma violência e distúrbios relacionados às eleições de 2020, mas a pandemia de Covid-19 que varre o país e o mundo deslocou suas preocupações. É responsabilidade dos governos, das autoridades e das instituições privadas, nos Estados Unidos e na América do Norte, permitir, por um lado, que a imprensa cubra a pandemia e seu impacto na vida cotidiana, por outro, que os cientistas, o pessoal da saúde e os funcionários do governo se comuniquem livremente com a imprensa sobre essas questões tão sensíveis.

6/ EUROPA ORIENTAL E ÁSIA CENTRAL

RANKING RSF 2020: EUROPA ORIENTAL E ÁSIA CENTRAL, ESTABILIDADE EM UMA REGIÃO ACORRENTADA

A estagnação de países da Europa Oriental e da Ásia Central no último Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa esconde uma tendência preocupante. O maior domínio da tecnologia por parte de poderes autoritários ou instáveis suscita temores de uma intensificação da censura. Os pesos pesados da região, Moscou e Ancara, continuam a dar o mau exemplo.

Em praticamente toda a Europa Oriental e na Ásia Central, líderes de tendência autoritária estão consolidando seu domínio sobre a circulação da informação, como Recep Tayyip Erdogan, na Turquia (154a, + 3), onde a censura à imprensa, especialmente nas redes, foi reforçada. A alta de três pontos no Ranking está essencialmente associada à evolução de outros países no Ranking, e não representa de forma alguma melhora dos indicadores. Inclusive, a diminuição no número de jornalistas presos por causa da emenda judicial de outubro de 2019 foi apenas temporária. Na Turquia, caracterizada por um governo que age de forma cada vez mais autoritária, jornalistas podem acabar presos apenas por citar um comunicado de imprensa do PKK (Partido dos Trabalhadores Curdos) ou das Forças Democráticas da Síria, ou mesmo por desafiar a versão oficial da política de segurança nas redes sociais. A prisão de seis jornalistas pela cobertura da crise na Líbia, incluindo três do site Odatv.com, que também foi fechado, é apenas um exemplo entre muitos.

A Rússia (149a) segue reforçando seu controle sobre a internet, usando meios cada vez mais elaborados. A lei “sobre a internet soberana” oferece a possibilidade às autoridades russas de desconectar a rede doméstica do resto do mundo. O objetivo declarado: proteger-se contra ameaças informáticas em caso de conflito. Agora, os provedores de acesso são obrigados a direcionar o tráfego para a infraestrutura controlada pelo Estado. Mesmo que obstáculos técnicos impeçam uma implementação imediata, a perspectiva de um cenário à moda chinesa é extremamente preocupante. Cortes de tráfego foram testados em grande escala durante manifestações em Moscou e na República da Inguchétia.

As medidas adotadas pela agência supervisora da mídia russa, Roskomnadzor, listada como predador digital pela RSF, já leva ao bloqueio total ou parcial de sites de notícias e de redes sociais. A região da Crimeia, um deserto de notícias desde a sua anexação, é particularmente afetada.

O fechamento da rede nacional de internet já é uma realidade no Turcomenistão (179a, + 1), penúltimo país no Ranking. Os raros internautas só têm acesso a uma versão ultra censurada da Web, geralmente, em cybercafés onde a apresentação de documentos de identidade é exigida para qualquer conexão. No Tajiquistão (161a), as autoridades também assumiram o monopólio do acesso à rede em 2018. Novas técnicas de bloqueio foram implementadas, impedindo às vezes até mesmo o acesso via VPN aos raros meios de comunicação independentes, como o Asia-Plus. Em um país em transição como o Cazaquistão (157a, + 1), os cortes são cada vez mais eficazes: a Radio Azattyk, o Google e o Telegram são os alvos privilegiados.

Uma vigilância generalizada

Apesar dos discursos reformistas do novo presidente do Cazaquistão, Kassym-Jomart Tokayev, as autoridades tentaram instaurar uma vigilância eletrônica em tempo real. Os internautas foram forçados a instalar um “certificado de segurança nacional”, sob pena de restrição do acesso à rede. Apresentada como um “teste”, essa exigência foi abandonada, mas os certificados que já foram baixados e não excluídos ainda podem ser usados como cookies. A Rússia, por sua vez, impõe o armazenamento de dados pessoais em seu território, uma questão de soberania nacional. Essa medida permite que as autoridades vigiem jornalistas e usuários de redes sociais.

Outra ferramenta de censura do modelo russo, os exércitos de trolls do empresário próximo ao Kremlin, Evgueni Prigojine, ou do governo tajique disseminam informações falsas e promovem ataques coordenados contra jornalistas. Mesmo na Geórgia (60a), país que ocupa a mais alta posição no Ranking na região, o Facebook fechou centenas de contas falsas que se passavam por meios de comunicação e estavam envolvidas em uma campanha de desinformação a favor das autoridades

Da mesma forma, os ataques cibernéticos contra a imprensa estão aumentando, como no Quirguistão (82a, + 1), cujo pluralismo é uma exceção na Ásia Central. Em janeiro passado, as autoridades se recusaram a investigar os ataques de DDoS que afetavam, entre outros alvos, o site de notícias Factcheck.kg, sem dúvida, em retaliação por uma reportagem investigativa sobre um caso de corrupção colossal.

Informações menos acessíveis

Tempos de resposta mais longos dos órgãos administrativos, documentos classificados sob sigilo para limitar o acesso, recusa de credenciamento para eventos, etc. Jornalistas independentes têm dificuldade em obter informações oficiais na maioria dos países da região. Este é o caso no Azerbaijão (168a, - 2) e na Bielorrússia (153a), onde as recusas de acesso a eventos públicos e impedimentos de cobertura estão se intensificando. No Quirguistão, cada vez mais, assuntos importantes são discutidos a portas fechadas, com acesso restrito a jornalistas, sem qualquer transparência.

A recusa de credenciamento a jornalistas que trabalham para a imprensa estrangeira ou a ameaça de seu cancelamento dificultam o acesso à informação, quando não promovem a autocensura. Os serviços locais do veículo americano Radio Free Europe / Radio Liberty são particularmente afetados no Cazaquistão, no Tajiquistão ou no Uzbequistão (156a), que, no entanto, subiu quatro posições graças às reformas empreendidas desde a morte do presidente Islam Karimov em 2016. Alguns jornalistas estrangeiros também estão achando cada vez mais difícil obter credenciamento junto ao governo russo, mesmo que os procedimentos permaneçam oficialmente inalterados. E os jornalistas independentes que trabalham para a imprensa estrangeira correm agora o risco de serem marcados com o infame rótulo de “agentes do exterior”, já atribuído a vários meios de comunicação e às principais organizações de defesa da mídia.

Um sentimento crescente de impunidade

Pelo menos 37 profissionais russos foram mortos em relação direta com sua atividade profissional desde o ano 2000. Na grande maioria dos casos, como em outros países, as investigações não avançam e os mandantes nunca são identificados. Nesse contexto, os discursos de ódio se tornam mais violentos. O líder da República Chuvash, na Rússia, fez um apelo público para “apagar” os jornalistas

críticos. Agredida na Chechênia, a jornalista do Novaya Gazeta, Elena Milachina, foi alvo de uma intensa campanha de difamação, disseminada inclusive como peças de propaganda em estações de TV locais.

A progressão de seis posições da Ucrânia (96a), a mais significativa da região, está mais associada ao movimento de outros países no Ranking do que a progressos, já que as esperanças despertadas pela eleição de Volodymyr Zelensky como chefe de Estado ainda não surtiram efeito na prática. O espaço midiático permanece polarizado, à imagem da sociedade, e a impunidade predominante favorece os atos de violência física contra jornalistas, um fenômeno crescente. Grupos nacionalistas, em particular, atacam os meios independentes, como o Bellingcat, que se tornaram alvo de ameaças de morte. Na Armênia (61a), a animosidade em relação aos jornalistas, que anteriormente resultava em violência física direta, está gradualmente dando lugar ao assédio judicial. A preocupante multiplicação dos processos tende a criminalizar a profissão e mobiliza os recursos dos meios de comunicação, dificultando seu trabalho.

O próprio Estado frequentemente dá o exemplo: uma legislação frouxa e aplicada seletivamente é usada como pretexto para condenar jornalistas e blogueiros por extremismo ou ofensa à soberania territorial, por exemplo. É o caso da Rússia, que incluiu a jornalista Svetlana Prokopieva em sua lista de “terroristas” por causa de uma crônica de rádio. Na Ásia Central e no Azerbaijão, as autoridades mobilizam leis de “incitação ao ódio” social, religioso ou interétnico para restringir o direito à liberdade de imprensa.

Os excessos da luta contra a desinformação

Os problemas de independência dos meios de comunicação, cujas linhas editoriais refletem os interesses de seus proprietários, persistem na maioria dos países da região. Na Moldávia (91a), o império da mídia construído pelo ex-bilionário e líder do Partido Democrata, Vladimir Plahotniuc, perdeu sua influência e foi rapidamente substituído por uma nova holding afiliada ao seu concorrente pró-Rússia o Partido dos Socialistas. Esse peso sufocante de oligarcas pró-governo ou pró-oposição e as campanhas de desinformação que o acompanham incitam os Estados a produzir leis cada vez mais perigosas para a liberdade de imprensa. Na Ucrânia, um projeto de lei pretende atribuir responsabilidade criminal aos jornalistas em caso de “desinformação” e a criação de um novo órgão com poderes discricionários encarregado de verificar a veracidade dos conteúdos. É também em nome da luta contra as notícias falsas e do interesse nacional que os usuários das redes sociais são presos na Armênia, onde certos ministérios também tentam legislar nessa área sem discussão prévia com a sociedade civil ou com os meios de comunicação.

Uma independência econômica fragilizada

Numa época em que muitos meios de comunicação independentes lutam por sua sobrevivência e em que a precariedade econômica dificulta seu crescimento, o jornalismo investigativo tem dificuldades em se desenvolver devido à falta de recursos. Privados dos subsídios públicos e do mercado publicitário, com baixa audiência, eles também são alvos na Bielorrússia de multas em série. No Uzbequistão, enquanto os anunciantes temem represálias se anunciarem em veículos independentes, a lei os proíbe de receber subsídios do exterior. Na Moldávia, o mercado publicitário é controlado por políticos ou aqueles próximos a eles. Todas essas restrições enfraquecem ainda mais a posição dos jornalistas desses meios de comunicação, que geralmente recebem salários muito mais baixos do que os da mídia estatal.

7/UNIÃO EUROPEIA E Balcãs

RANKING RSF 2020: JORNALISMO NA EUROPA, UMA ATIVIDADE CADA VEZ MAIS ARRISCADA

Enfraquecimento do Estado de Direito, violência, crise digital e econômica: cada vez mais jornalistas europeus são confrontados a ameaças no exercício de sua profissão.

A liberdade de imprensa agora figura com destaque na agenda da nova Comissão Europeia, estabelecida em 2019, em conformidade com as recomendações publicadas pela Repórteres sem Fronteiras (RSF) durante a campanha para as eleições europeias. Num continente abalado por uma série de abusos graves cometidos contra jornalistas, incluindo assassinatos, chegou a hora de colocar a liberdade de imprensa na linha de frente. A RSF saúda o projeto da vice-presidente da Comissão Europeia responsável pela agenda de valores e transparência, Vra Jourová, que planeja fortalecer a liberdade de imprensa, tornar as redes sociais mais responsáveis e proteger o processo democrático. No entanto, é lamentável que a pasta do crescimento - tão crucial para a integração dos Balcãs Ocidentais - tenha sido confiada ao Comissário Húngaro, representante de um dos regimes mais repressivos da UE.

As derivas autoritárias observadas em países da região justificam a preocupação reforçada com a agenda da liberdade de imprensa. O aprofundamento do autoritarismo na Hungria se confirma, onde o primeiro-ministro Viktor Orban atribuiu a si próprio plenos poderes por um período indeterminado sob o pretexto do enfrentamento à epidemia de coronavírus. A publicação de informações falsas é agora passível de sentenças de até cinco anos de prisão. Esse dispositivo oferece à justiça húngara, e às autoridades políticas, um meio adicional de pressão sobre a imprensa independente. Anteriormente, o governo havia estabelecido seu controle sobre a maioria dos meios de comunicação especialmente por meio de uma fundação para a imprensa. Outra forma de pressão é a atribuição de publicidade estatal aos meios de comunicação considerados leais. A eleição de membros do partido Fidesz ao Conselho de Mídia, órgão regulador do audiovisual, ajudou a fortalecer o controle do governo nesse setor. Isso também explica a queda de dois pontos da Hungria no Ranking 2020 (89a).

Na Polônia (62a, - 3), que também perdeu três posições este ano, a ingerência do governo na justiça está começando a ter efeitos negativos na liberdade de imprensa. Alguns tribunais recorrem ao artigo 212 do código penal, que permite condenar jornalistas acusados de difamação a penas de até um ano de prisão. Até a presente data, os juízes se contentaram em aplicar multas, mas o estrago está feito: um clima de autocensura, antes latente, se estabeleceu.

No sul da Europa, a cruzada das autoridades contra os meios de comunicação avança a passos largos. Na Bulgária (111a), que ocupa a última posição no Ranking em toda a região, a tentativa da direção da rádio estatal de suspender Silvia Velikova, uma jornalista experiente, conhecida por suas críticas ao poder, revelou a falta de independência do audiovisual público búlgaro e a ingerência de certos líderes políticos em sua linha editorial.

Embora desejem entrar na UE, Montenegro (105a) e Albânia (84a) perdem respectivamente um e dois lugares no Ranking 2020, após um ano marcado por detenções arbitrárias de jornalistas, sob o pretexto de luta contra a desinformação, e por casos de assédio judicial, em particular o processo kafkiano impetrado contra o jornalista investigativo montenegrino Jovo Martinovi.

Ao mesmo tempo, muitos abusos contra repórteres dos Balcãs permanecem impunes. Na Sérvia (93a), que perde novamente três posições no Ranking 2020, os autores do incêndio na casa do jornalista investigativo Milan Jovanovi ainda não foram condenados pela justiça.

No entanto, a luta contra a impunidade por crimes cometidos contra jornalistas está progredindo em dois países da UE. É o caso da Eslováquia (33a, + 2), onde os supostos mandantes do assassinato de Ján Kuciak e sua noiva Martina Kušnírová foram levados à justiça, fato que contribuiu para a progressão do país no Ranking pela primeira vez em três anos. Enquanto em Malta (81a, - 4) a investigação do assassinato de Daphne Caruana Galizia progride finalmente, ainda que os jornalistas continuem enfrentando intensa pressão por meio de processos judiciais abusivos.

Violência verbal e física

Os jornalistas também se veem confrontados com a violência das forças de segurança ou de manifestantes, como na França (34a, - 2), onde, no contexto do movimento dos Coletes amarelos, muitos jornalistas foram feridos por tiros de balas de borracha ou por bombas de gás lacrimogêneo da polícia e agredidos por manifestantes. Esse fenômeno, que está se espalhando por toda a Europa, também é consequência de campanhas de ódio e da perda da confiança na profissão por parte da sociedade. Na Espanha (29a), a ascensão preocupante do partido da extrema direita Vox e as agressões cometidas contra jornalistas por ativistas juntaram-se à violência cometida pelos independentistas durante as manifestações na Catalunha. Na Áustria (18a, - 2), na Itália (41a, + 2) e na Grécia (65a), a extrema direita ataca regularmente os repórteres em campo, num contexto de crescente hostilidade contra os imigrantes.

Há ainda casos mais extremos de violência, como o assassinato da jornalista Lyra McKee, abatida a tiros na Irlanda do Norte enquanto cobria tumultos em Derry. Ela é a terceira jornalista morta no continente europeu em três anos, após os assassinatos das jornalistas investigativas Daphne Caruana Galizia, em Malta, e Ján Kuciak, na Eslováquia.

Violência nas redes e vigilância

A violência e a vigilância no ambiente digital são verdadeiras ameaças e estão ajudando a enfraquecer o jornalismo em todo o continente, inclusive nos países que mais respeitam as liberdades. O cyberbullying se intensifica na Noruega (1a), que, apesar de tudo, mantém sua primeira posição no Ranking, na Finlândia (2a) e na Estônia (14a, 3). Essa nova ameaça contribuiu com a queda da Suécia (4a, - 1) e dos Países Baixos (5a, - 1), que por sua vez resultou na progressão da Dinamarca (3a, + 2), agora parte do seleto grupo de três países onde as condições para o livre exercício do jornalismo estão mais consolidadas. De modo geral, na Escandinávia, a violência nas redes mais agressiva contra os jornalistas é organizada a partir China e do Irã, enquanto os repórteres do Báltico são atacados principalmente por trolls russos.

Outra ameaça ao jornalismo na Europa é o questionamento do sigilo das fontes. Na Alemanha (11a, + 2), um dispositivo que criminaliza a divulgação de determinadas informações públicas, bem como um projeto de lei que permite aos serviços de inteligência alemães hackear computadores e smartphones ou interceptar comunicações criptografadas sem supervisão judicial, foram propostos pelo governo. Na Romênia (48a, - 1), que já acumula numerosos ataques à liberdade de imprensa, uma distorção do espírito do novo regulamento europeu sobre proteção de dados (RGPD) permite às autoridades, mas também às empresas ou indivíduos, invocar esses dispositivos para negar o acesso de jornalistas à informação e até processar os meios de comunicação que publiquem reportagens investigativas.

Crise econômica

As dificuldades econômicas em toda a Europa aceleraram a concentração da mídia, o que representa novas ameaças à situação dos jornalistas. Na Letônia (22a, + 2), que segue ocupando uma posição elevada no Ranking 2020, a televisão privada mais antiga do país demitiu 30 jornalistas após uma mudança de proprietário. A aquisição da Central European Media Enterprises (CME) pelo grupo de Petr Kellner, homem mais rico da República Tcheca (40a), também é vista com grande preocupação em vários países da Europa Oriental, onde o CME controla canais de televisão influentes.

Em toda a Europa Central e Oriental, o jornalismo audiovisual está enfraquecido por ataques implacáveis dos governos contra a independência editorial dos meios de comunicação públicos. Este é particularmente o caso do rádio BNR da Bulgária (111a), da rede TVP da Polônia (62a, - 3) e do audiovisual público RTVS da Eslováquia (33a, + 2) onde, apesar dos progressos registrados, os jornalistas continuam enfrentando fortes pressões políticas por parte das direções das empresas de mídia.

A situação também está se deteriorando na Europa Ocidental, principalmente por causa dos novos métodos de gestão financeira do audiovisual público, que pouco respeita a liberdade de informação. Em Luxemburgo (17a), parte da redação da rádio pública criticou o governo por interferir em sua governança e desencadeou uma reação sem precedentes. Na Bélgica (12a, - 3), os jornalistas marcharam contra a falta de recursos causada pelos cortes no orçamento - fato inédito no país e que contribuiu para a sua queda de três posições no Ranking

RANKING RSF 2020: MIRAGEM DE CALMARIA NO ORIENTE MÉDIO

A situação da liberdade de imprensa no Oriente Médio é cada vez mais sombria. O Iraque passa a integrar o espectro dos países com o pior desempenho no Ranking da RSF. Após uma ligeira queda no número de violações, a violenta repressão das manifestações populares, a retomada das operações militares e o fortalecimento do controle de regimes já onipotentes dissiparam as esperanças de apaziguamento.

Ainda que os conflitos armados que dilaceraram os países no Oriente Médio tenham causado menos vítimas fatais nos últimos 12 meses, a região continua concentrando o maior número de jornalistas mortos. E mesmo que a diminuição da intensidade dos conflitos tenha possibilitado uma redução do grau de violência e insegurança, a calmaria teve vida curta. A intervenção turca no Curdistão sírio seguida da ofensiva em Idlib, no noroeste da Síria (174a), a nova onda de protestos em diferentes países da região e ainda a contínua deriva autoritária de determinados Estados impõem sérios riscos para a atuação da imprensa na região.

Silêncio, estão prendendo!

Quando não estão em países devastados pela guerra, os jornalistas desfrutam de relativa segurança, mas submetidos a um maior controle por parte das autoridades. Embora a Arábia Saudita (170a, + 2) e o Egito (166a, - 3) sejam reconhecidos como países estáveis e aliados confiáveis na região para os ocidentais, os dois têm em comum o fato de serem, depois da China, as maiores prisões do mundo para jornalistas.

A influência desses regimes autoritários no controle da informação se confirmou novamente com a crise do coronavírus. O Egito, depois de ter realizado em setembro de 2019 a maior onda de prisões de jornalistas desde a chegada ao poder do presidente Abdel Fattah al-Sissi, em 2014, agora usa seu arsenal legislativo voltado para a luta contra o terrorismo para fechar ainda mais o cerco ao redor dos jornalistas, principalmente desde o início da pandemia. As acusações de “disseminação de notícias falsas” justificam o bloqueio de páginas e sites, mas também a retirada de credenciais de jornalistas que questionam o balanço oficial.

Um controle absoluto sobre a informação

Antes da chegada da pandemia, as autoridades egípcias não hesitaram, no momento da morte do ex-presidente Mohamed Morsi, em junho de 2019, em simplesmente transmitir instruções às redações e fornecer-lhes comunicados de imprensa oficiais para divulgação.

Nas áreas controladas pelo governo sírio, as únicas informações que circulam provêm exclusivamente da agência de notícias do governo, SANA. Desde o surgimento do Covid-19, o Ministério da Saúde Sírio reafirmou o monopólio dessa agência sobre as informações relacionadas à pandemia. A menor sugestão de crítica ou alusão a casos de pessoas infectadas ou à corrupção e à pobreza pode valer aos jornalistas, até aos mais leais, uma convocação pelos serviços de inteligência e uma prisão por tempo indeterminado. O jornalista Wissam Al Tayr, muito próximo de Bashar al-Assad, ficou preso por vários meses por simplesmente evocar o aumento nos preços dos combustíveis.

Os meios de comunicação também podem ser monitorados de perto, com métodos sofisticados de pirataria e espionagem. As autoridades sauditas coletaram informações pessoais de milhares de contas do Twitter pertencentes a pessoas consideradas oponentes, incluindo o grampo ao telefone de Jeff Bezos, proprietário do Washington Post, para o qual colaborava o jornalista saudita assassinado Jamal Khashoggi.

Ventos de protesto, onda de repressão

Na segunda metade do ano, o Oriente Médio experimentou uma onda de protestos inesperados, sobretudo no Líbano (102a, - 1) e no Iraque (162a, - 6), que caiu no espectro mais baixo do Ranking. Desde o início de outubro de 2019, os meios de comunicação iraquianos, que ecoam o descontentamento popular ao cobrir os protestos, tornaram-se alvos privilegiados das autoridades, das milícias e das forças de segurança, que dispararam com munição real em manifestações. O estado não está ausente desse clima hostil: a comissão reguladora da mídia suspendeu uma dezena de canais, proibiu as transmissões ao vivo e bloqueou o sinal de internet em diversas ocasiões.

Esse modelo repressivo foi fortemente inspirado por práticas em vigor no Irã (173a, - 3), onde a rede de internet é cortada regularmente e a repressão permitiu ao regime impor uma “internet halal”, inspirada na “sharia”, a lei islâmica. Essa rede possibilita o controle de informações, como foi o caso quando grandes protestos populares se deflagraram no país. A criação da União das Rádios e Televisões Islâmicas, que reúne mais de 200 canais em todo o mundo, também permitiu a disseminação da propaganda iraniana e de “notícias falsas” muito além das fronteiras nacionais.

Os diferentes movimentos de protesto também exacerbaram a polarização da mídia e a desconfiança em relação aos jornalistas. No Líbano, dezenas de equipes de canais próximos ao governo e considerados hostis à revolução foram agredidos por manifestantes. Outros jornalistas são violentamente atacados nas redes por movimentos políticos e comunitários.

Em Israel (88a), o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu e seus apoiadores atacam regularmente os meios de comunicação, acusando-os de disseminar “notícias falsas” e servir à “propaganda esquerdista”, a ponto de um jornalista ter que contratar um guarda-costas para garantir sua segurança após ter feito revelações sobre escândalos de corrupção. Ao mesmo tempo, jornalistas na Palestina (137a) continuam tendo muita dificuldade em cobrir os protestos semanais de sexta-feira contra a ocupação israelense. As tensões foram reavivadas com o “acordo do século” apresentado por Donald Trump, e o número de feridos graves está aumentando.

Conflitos armados, instabilidade política e supressão de manifestações fizeram da violência uma constante no trabalho dos jornalistas no Oriente Médio. Garantir a segurança dos atores da informação tornou-se mais do que nunca uma questão importante na região, especialmente porque, em vez de proteger os jornalistas e os meios de comunicação, muitos Estados optaram por reforçar seu controle sobre a circulação de informações e aproveitar os desenvolvimentos tecnológicos para aumentar a vigilância. Nesse clima em que a criminalização do jornalismo e a repressão sistemática são a regra, se esses mesmos Estados não concordarem em autorizar o desenvolvimento de uma imprensa livre e independente, é simplesmente a própria noção de jornalismo que corre o risco, a longo prazo, de desaparecer na região.

RANKING MONDIAL DA LIBERDADE DE IMPRENSA 2020

ISO	Rank 2020	FR_Country	EN_country	Score 2020	^	Rank 2019	Score 2019	Zone	Couleur
NOR	1	Norvège	Norway	7,84	+0	1	7,82	UE Balkans	
FIN	2	Finlande	Finland	7,93	+0	2	7,90	UE Balkans	
DNK	3	Danemark	Denmark	8,13	+2	5	9,87	UE Balkans	
SWE	4	Suede	Sweden	9,25	-1	3	8,31	UE Balkans	
NLD	5	Pays-Bas	Netherlands	9,96	-1	4	8,63	UE Balkans	
JAM	6	Jamaïque	Jamaica	10,51	+2	8	11,13	Amériques	
CRI	7	Costa Rica	Costa Rica	10,53	+3	10	12,24	Amériques	
CHE	8	Suisse	Switzerland	10,62	-2	6	10,52	UE Balkans	
NZL	9	Nouvelle-Zélande	New Zealand	10,69	-2	7	10,75	Asie-Pacifique	
PRT	10	Portugal	Portugal	11,83	+2	12	12,63	UE Balkans	
DEU	11	Allemagne	Germany	12,16	+2	13	14,60	UE Balkans	
BEL	12	Belgique	Belgium	12,57	-3	9	12,07	UE Balkans	
IRL	13	Irlande	Ireland	12,60	+2	15	15,00	UE Balkans	
EST	14	Estonie	Estonia	12,61	-3	11	12,27	UE Balkans	
ISL	15	Islande	Iceland	15,12	-1	14	14,71	UE Balkans	
CAN	16	Canada	Canada	15,29	+2	18	15,69	Amériques	
LUX	17	Luxembourg	Luxembourg	15,46	+0	17	15,66	UE Balkans	
AUT	18	Autriche	Austria	15,78	-2	16	15,33	UE Balkans	
URY	19	Uruguay	Uruguay	15,79	+0	19	16,06	Amériques	
SUR	20	Surinam	Suriname	17,50	+0	20	16,38	Amériques	
WSM	21	Samoa	Samoa	18,25	+1	22	18,25	Asie-Pacifique	
LVA	22	Lettonie	Latvia	18,56	+2	24	19,53	UE Balkans	
NAM	23	Namibie	Namibia	19,25	+0	23	18,95	Afrique	
LIE	24	Liechtenstein	Liechtenstein	19,52	+2	26	20,49	UE Balkans	
CPV	25	Cap-Vert	Cape Verde	20,15	+0	25	19,81	Afrique	
AUS	26	Australie	Australia	20,21	-5	21	16,55	Asie-Pacifique	
CYP	27	Chypre	Cyprus	20,45	+1	28	21,74	UE Balkans	
LTU	28	Lituanie	Lithuania	21,19	+2	30	22,06	UE Balkans	
ESP	29	Espagne	Spain	22,16	+0	29	21,99	UE Balkans	
GHA	30	Ghana	Ghana	22,26	-3	27	20,81	Afrique	
ZAF	31	Afrique du Sud	South Africa	22,41	+0	31	22,19	Afrique	
SVN	32	Slovénie	Slovenia	22,64	+2	34	22,31	UE Balkans	
SVK	33	Slovaquie	Slovakia	22,67	+2	35	23,58	UE Balkans	
FRA	34	France	France	22,92	-2	32	22,21	UE Balkans	
GBR	35	Royaume-Uni	United Kingdom	22,93	-2	33	22,23	UE Balkans	
TTO	36	Trinité-et-Tobago	Trinidad and Tobago	23,22	+3	39	24,74	Amériques	
AND	37	Andorre	Andorra	23,23	+0	37	24,63	UE Balkans	
BFA	38	Burkina Faso	Burkina Faso	23,47	-2	36	24,53	Afrique	

ISO	Rank 2020	FR_Country	EN_country	Score 2020	^	Rank 2019	Score 2019	Zone	Couleur
BWA	39	Botswana	Botswana	23,56	+5	44	25,09	Afrique	
CZE	40	République tchèque	Czech Republic	23,57	+0	40	24,89	UE Balkans	
ITA	41	Italie	Italy	23,69	+2	43	24,98	UE Balkans	
KOR	42	Corée du Sud	South Korea	23,70	-1	41	24,94	Asie-Pacifique	
TWN	43	Taiïwan	Taiwan	23,76	-1	42	24,98	Asie-Pacifique	
XCD	44	OECS	OECS	23,78	+6	50	26,04	Amériques	
USA	45	Etats Unis	United States	23,85	+3	48	25,69	Amériques	
PNG	46	Papouasie-Nouvelle-Guinée	Papua New Guinea	23,93	-8	38	24,70	Asie-Pacifique	
SEN	47	Sénégal	Senegal	23,99	+2	49	25,81	Afrique	
ROU	48	Roumanie	Romania	25,91	-1	47	25,67	UE Balkans	
GUY	49	Guyana	Guyana	26,63	+2	51	26,63	Amériques	
TON	50	Tonga	Tonga	27,27	-5	45	25,41	Asie-Pacifique	
CHL	51	Chili	Chile	27,31	-5	46	25,65	Amériques	
FJI	52	Fidji	Fiji	27,41	+0	52	27,18	Asie-Pacifique	
BLZ	53	Bélize	Belize	27,50	+0	53	27,50	Amériques	
MDG	54	Madagascar	Madagascar	27,68	+0	54	27,76	Afrique	
DOM	55	République dominicaine	Dominican Republic	27,90	+0	55	27,90	Amériques	
MUS	56	Maurice	Mauritius	28,00	+2	58	28,46	Afrique	
NER	57	Niger	Niger	28,25	+9	66	29,26	Afrique	
BIH	58	Bosnie-Herzégovine	Bosnia and Herzegovina	28,51	+5	63	29,02	UE Balkans	
HRV	59	Croatie	Croatia	28,51	+5	64	29,03	UE Balkans	
GEO	60	Géorgie	Georgia	28,59	+0	60	28,98	EEAC	
ARM	61	Arménie	Armenia	28,60	+0	61	28,98	EEAC	
POL	62	Pologne	Poland	28,65	-3	59	28,89	UE Balkans	
SYC	63	Seychelles	Seychelles	28,66	+6	69	29,41	Afrique	
ARG	64	Argentine	Argentina	28,78	-7	57	28,30	Amériques	
GRC	65	Grèce	Greece	28,80	+0	65	29,08	UE Balkans	
JPN	66	Japon	Japan	28,86	+1	67	29,36	Asie-Pacifique	
BTN	67	Bhoutan	Bhutan	28,90	+13	80	29,81	Asie-Pacifique	
CIV	68	Côte d'Ivoire	Ivory Coast	28,94	+3	71	29,52	Afrique	
MWI	69	Malawi	Malawi	29,32	-1	68	29,36	Afrique	
XKO	70	Kosovo	Kosovo	29,33	+5	75	29,68	UE Balkans	
TGO	71	Togo	Togo	29,33	+5	76	29,69	Afrique	
TUN	72	Tunisie	Tunisia	29,45	+0	72	29,61	MENA	
MNG	73	Mongolie	Mongolia	29,61	-3	70	29,51	Asie-Pacifique	
SLV	74	El Salvador	El Salvador	29,70	+7	81	29,81	Amériques	
COM	75	Comores	Comoros	29,77	-19	56	27,91	Afrique	
PAN	76	Panama	Panama	29,78	+3	79	29,78	Amériques	
CTU	77	Chypre (partie Nord)	Cyprus North	29,79	-3	74	29,67	UE Balkans	

ISO	Rank 2020	FR_Country	EN_country	Score 2020	^	Rank 2019	Score 2019	Zone	Couleur
TLS	78	Timor-Leste	East Timor	29,90	+6	84	29,93	Asie-Pacifique	
MDV	79	Maldives	Maldives	29,93	+19	98	32,16	Asie-Pacifique	
HKG	80	Hong-Kong	Hong Kong	30,01	-7	73	29,65	Asie-Pacifique	
MLT	81	Malte	Malta	30,16	-4	77	29,74	UE Balkans	
KGZ	82	Kirghizstan	Kyrgyzstan	30,19	+1	83	29,92	EEAC	
HTI	83	Haïti	Haiti	30,20	-21	62	29,00	Amériques	
ALB	84	Albanie	Albania	30,25	-2	82	29,84	UE Balkans	
SLE	85	Sierra Leone	Sierra Leone	30,28	+1	86	30,36	Afrique	
LSO	86	Lesotho	Lesotho	30,45	-8	78	29,74	Afrique	
GMB	87	Gambie	Gambia	30,62	+5	92	31,35	Afrique	
ISR	88	Israël	Israel	30,84	+0	88	30,80	MENA	
HUN	89	Hongrie	Hungary	30,84	-2	87	30,44	UE Balkans	
PER	90	Perou	Peru	30,94	-5	85	30,22	Amériques	
MDA	91	Moldavie	Moldova	31,16	+0	91	31,21	EEAC	
MKD	92	Macédoine	Macedonia	31,28	+3	95	31,66	UE Balkans	
SRB	93	Serbie	Serbia	31,62	-3	90	31,18	UE Balkans	
GNB	94	Guinée-Bissau	Guinea-Bissau	32,06	-5	89	30,95	Afrique	
LBR	95	Liberia	Liberia	32,25	-2	93	31,49	Afrique	
UKR	96	Ukraine	Ukraine	32,52	+6	102	32,46	EEAC	
MRT	97	Mauritanie	Mauritania	32,54	-3	94	31,65	Afrique	
ECU	98	Equateur	Ecuador	32,62	-1	97	31,88	Amériques	
ETH	99	Éthiopie	Ethiopia	32,82	+11	110	35,11	Afrique	
PRY	100	Paraguay	Paraguay	32,97	-1	99	32,40	Amériques	
MYS	101	Malaisie	Malaysia	33,12	+22	123	36,74	Asie-Pacifique	
LBN	102	Liban	Lebanon	33,19	-1	101	32,44	MENA	
KEN	103	Kenya	Kenya	33,72	-3	100	32,44	Afrique	
MOZ	104	Mozambique	Mozambique	33,79	-1	103	32,66	Afrique	
MNE	105	Monténégro	Montenegro	33,83	-1	104	32,74	UE Balkans	
AGO	106	Angola	Angola	33,92	+3	109	34,96	Afrique	
BRA	107	Brésil	Brazil	34,05	-2	105	32,79	Amériques	
MLI	108	Mali	Mali	34,12	+4	112	35,23	Afrique	
KWT	109	Koweït	Kuwait	34,30	-1	108	33,86	MENA	
GIN	110	Guinée	Guinea	34,34	-3	107	33,49	Afrique	
BGR	111	Bulgarie	Bulgaria	35,06	+0	111	35,11	UE Balkans	
NPL	112	Népal	Nepal	35,10	-6	106	33,40	Asie-Pacifique	
BEN	113	Bénin	Benin	35,11	-17	96	31,74	Afrique	
BOL	114	Bolivie	Bolivia	35,37	-1	113	35,38	Amériques	
NGA	115	Nigeria	Nigeria	35,63	+5	120	36,50	Afrique	
GTM	116	Guatemala	Guatemala	35,74	+0	116	35,94	Amériques	

ISO	Rank 2020	FR_Country	EN_country	Score 2020	^	Rank 2019	Score 2019	Zone	Couleur
NIC	117	Nicaragua	Nicaragua	35,81	-3	114	35,53	Amériques	
COG	118	Congo	Congo	36,56	-1	117	36,04	Afrique	
IDN	119	Indonésie	Indonesia	36,82	+5	124	36,77	Asie-Pacifique	
ZMB	120	Zambie	Zambia	37,00	-1	119	36,38	Afrique	
GAB	121	Gabon	Gabon	37,20	-6	115	35,60	Afrique	
AFG	122	Afghanistan	Afghanistan	37,70	-1	121	36,55	Asie-Pacifique	
TCD	123	Tchad	Chad	39,70	-1	122	36,71	Afrique	
TZA	124	Tanzanie	Tanzania	40,25	-6	118	36,28	Afrique	
UGA	125	Ouganda	Uganda	40,95	+0	125	39,42	Afrique	
ZWE	126	Zimbabwe	Zimbabwe	40,95	+1	127	42,23	Afrique	
LKA	127	Sri Lanka	Sri Lanka	41,94	-1	126	39,61	Asie-Pacifique	
JOR	128	Jordanie	Jordan	42,08	+2	130	43,11	MENA	
QAT	129	Qatar	Qatar	42,51	-1	128	42,51	MENA	
COL	130	Colombie	Colombia	42,66	-1	129	42,82	Amériques	
ARE	131	Émirats arabes unis	United Arab Emirates	42,69	+2	133	43,63	MENA	
CAF	132	République centrafricaine	Central African Republic	42,87	+13	145	47,27	Afrique	
MAR	133	Maroc	Morocco	42,88	+2	135	43,98	MENA	
CMR	134	Cameroun	Cameroon	43,28	-3	131	43,32	Afrique	
OMN	135	Oman	Oman	43,42	-3	132	43,42	MENA	
PHL	136	Philippines	Philippines	43,54	-2	134	43,91	Asie-Pacifique	
PSE	137	Palestine	Palestine	44,09	+0	137	44,68	MENA	
SSD	138	Soudan du Sud	South Sudan	44,49	+1	139	45,65	Afrique	
MMR	139	Birmanie	Myanmar	44,77	-1	138	44,92	Asie-Pacifique	
THA	140	Thaïlande	Thailand	44,94	-4	136	44,10	Asie-Pacifique	
SWZ	141	Swaziland	Swaziland	45,15	+6	147	49,09	Afrique	
IND	142	Inde	India	45,33	-2	140	45,67	Asie-Pacifique	
MEX	143	Mexique	Mexico	45,45	+1	144	46,78	Amériques	
KHM	144	Cambodge	Cambodia	45,46	-1	143	45,90	Asie-Pacifique	
PAK	145	Pakistan	Pakistan	45,52	-3	142	45,83	Asie-Pacifique	
DZA	146	Algérie	Algeria	45,52	-5	141	45,75	MENA	
VEN	147	Venezuela	Venezuela	45,66	+1	148	49,10	Amériques	
HND	148	Honduras	Honduras	48,20	-2	146	48,53	Amériques	
RUS	149	Russie	Russian Federation	48,92	+0	149	50,31	EEAC	
COD	150	RD Congo	The Democratic Republic Of The Congo	49,09	+4	154	51,71	Afrique	
BGD	151	Bangladesh	Bangladesh	49,37	-1	150	50,74	Asie-Pacifique	
BRN	152	Brunei	Brunei Darussalam	49,65	+0	152	51,48	Asie-Pacifique	
BLR	153	Bélarus	Belarus	49,75	+0	153	51,66	EEAC	
TUR	154	Turquie	Turkey	50,02	+3	157	52,81	EEAC	

ISO	Rank 2020	FR_Country	EN_country	Score 2020	^	Rank 2019	Score 2019	Zone	Couleur
RWA	155	Rwanda	Rwanda	50,34	+0	155	52,43	Afrique	
UZB	156	Ouzbékistan	Uzbekistan	53,07	+4	160	53,52	EEAC	
KAZ	157	Kazakhstan	Kazakhstan	54,11	+1	158	52,82	EEAC	
SGP	158	Singapour	Singapore	55,23	-7	151	51,41	Asie-Pacifique	
SDN	159	Soudan	Sudan	55,33	+16	175	72,45	Afrique	
BDI	160	Burundi	Burundi	55,33	-1	159	52,89	Afrique	
TJK	161	Tadjikistan	Tajikistan	55,34	+0	161	54,02	EEAC	
IRQ	162	Irak	Iraq	55,37	-6	156	52,60	MENA	
SOM	163	Somalie	Somalia	55,45	+1	164	57,24	Afrique	
LBY	164	Libye	Libya	55,77	-2	162	55,77	MENA	
GNQ	165	Guinée équatoriale	Equatorial Guinea	56,38	+0	165	58,35	Afrique	
EGY	166	Égypte	Egypt	56,82	-3	163	56,47	MENA	
YEM	167	Yémen	Yemen	58,25	+1	168	61,66	MENA	
AZE	168	Azerbaïdjan	Azerbaijan	58,48	-2	166	59,13	EEAC	
BHR	169	Bahreïn	Bahrain	60,13	-2	167	61,31	MENA	
SAU	170	Arabie saoudite	Saudi Arabia	62,14	+2	172	65,88	MENA	
CUB	171	Cuba	Cuba	63,81	-2	169	63,81	Amériques	
LAO	172	Laos	Lao People's Democratic Republic	64,28	-1	171	64,49	Asie-Pacifique	
IRN	173	Iran	Islamic Republic of Iran	64,81	-3	170	64,41	MENA	
SYR	174	Syrie	Syrian Arab Republic	72,57	+0	174	71,78	MENA	
VNM	175	Viêt Nam	Vietnam	74,71	+1	176	74,93	Asie-Pacifique	
DJI	176	Djibouti	Djibouti	76,73	-3	173	71,36	Afrique	
CHN	177	Chine	China	78,48	+0	177	78,92	Asie-Pacifique	
ERI	178	Érythrée	Eritrea	83,50	+0	178	80,26	Afrique	
TKM	179	Turkménistan	Turkmenistan	85,44	+1	180	85,44	EEAC	
PRK	180	Corée du Nord	Democratic People's Republic of Korea	85,82	-1	179	83,40	Asie-Pacifique	